



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

ORDEN E PROGRESSO

ANO LXIX — 72.º DA REPÚBLICA — NUM. 19.509

BELEM — SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1961

LEI N. 3.118 — DE 4 DE JANEIRO DE 1961

Dispõe sobre a abertura no vigente exercício financeiro, do crédito especial de Cr\$ 121.343,00 em favor dos herdeiros do Desembargador Napoleão Simões de Oliveira.

A Assembleia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, o crédito especial de cento e vinte e um mil trezentos e quarenta e três cruzeiros (Cr\$ 121.343,00), em favor dos herdeiros do Desembargador Napoleão Simões de Oliveira, destinado ao pagamento do crédito devido pelo falecido Desembargador, inscrita na conta "Exercícios Findos — Dívida Flutuante" da S. E. F.

Art. 2.º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças

DECRETO N. 3.338 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1960

Fica em disponibilidade o Sr. Alvaro Paz do Nascimento, Professor da Cadeira de Sociologia Educacional do Instituto de Educação do Pará, reintegrado por decreto de 23 de dezembro de 1960.

O Governador do Estado, usando de suas atribuições e

Considerando que o Sr. Alvaro Paz do Nascimento foi reintegrado, pelo decreto individual datado de 23 de dezembro de 1960, no cargo de Professor da cadeira de Sociologia Educacional do Instituto de Educação do Pará, do qual fora afastado irregularmente em fevereiro de 1951, sem qualquer ato específico;

Considerando que, atendendo a posterior reclamação do prejudicado, o Poder Executivo veio a anular a postergação do seu direito e evidenciar a necessidade de reparar a injustiça de que foi vítima;

Considerando que, todavia, a reversão do professor Alvaro Paz do Nascimento ao efetivo exer-

ATOS DO PODER EXECUTIVO

cício da aludida cadeira, em face de direitos já adquiridos pelo professor que o sucedeu, iria criar uma situação de duplicidade de ocupantes de um mesmo cargo, que a organização do corpo docente do Instituto de Educação do Pará não comporta;

Considerando, enfim, que é dever do poder público promover a reparação de injustiça resultantes de atos gerados do uso indevido de sua autoridade.

DECRETA:

Art. 1.º Fica em disponibilidade remunerada, a partir da data de 1 de fevereiro de 1961, o professor Alvaro Paz do Nascimento, no cargo de Professor da cadeira de Sociologia Educacional do Instituto de Educação do Pará.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de dezembro de 1960.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças
Maria Luiza da Costa Rêgo
respondendo pelo expediente da Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO N. 3.339 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1961

Abre crédito especial de Cr\$ 5.000,00, em favor de Luiz Gonzaga de Alcântara.

O Governador do Estado, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I da Constituição Política do Estado e nos termos da Lei n. 2.115, de 29, publicada no DIÁRIO OFICIAL n. 19.504, de 30, tudo do mês de dezembro do corrente ano.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), em favor de Luiz Gonzaga de Alcântara, Comissário de Polícia da Capital, destinado ao pagamento de sua gratificação de adicional por tempo de serviço, referente o período de agosto a dezembro de 1959, cujo encargo correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 30 de dezembro de 1960.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças

(*) PORTARIA N. 1 — DE 4 DE JANEIRO DE 1961

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições e tendo em vista a boa marcha do serviço público,

RESOLVE:

Determinar que todos os servidores do Estado, que se acham ausentes de suas repartições a serviço de quaisquer outras, voltem a reassumir, dentro de quinze (15) dias, os seus cargos ou funções nas repartições onde são lotados, exceto os que estão à disposição da S. P. V. E. A., Tribunal Eleitoral e demais órgãos federais.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício

(*) Republicada por ter saído com incorreções no D. O. do dia 5-1-61.

PORTARIA N. 2 — DE 4 DE JANEIRO DE 1961

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições e tendo em vista os sentimentos católicos da população paraense,

RESOLVE:

Tornar facultativo o PONTO nas repartições do Estado, com exceção das arrecadadoras, dia 6 do corrente mês, consagrado aos Santos Reis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício

PORTARIA N. 3 — DE 5 DE JANEIRO DE 1961

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Mandar retornar ao Dispensário "Sousa Araujo" onde são lotados os funcionários abaixo discriminados que por Portaria Governamental n. 125 de 29-7-1960 foram postos à disposição do Re-

presentante do Serviço Nacional de Lepre do Pará, sem ônus para o Estado:

Vinício Bastos Fiuza de Melo, chefe.

Augusto Olívio Chaves Rodrigues, médico leprologista.

Arlete de Sousa Forte, enfermeiro-chefe do Serviço de Enfermagem.

Zenilde de Campos Barreto, enfermeira do Serviço de Lepre.

Jaime Rodrigues de Araújo, enfermeiro do Serviço de Lepre.

Guilhermina Lopes de Brito Almeida, enfermeiro do Serviço de Lepre.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 5 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício

PORTARIA N. 4 — DE 5 DE JANEIRO DE 1961

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar o Bacharel Arnaldo Moraes Filho, Secretário de Estado de Segurança Pública, para ir ao Rio de Janeiro, tratar de assuntos de interesse da Administração do Estado.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 5 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício

PORTARIA N. 5 — DE 5 DE JANEIRO DE 1961

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar o Bacharel Evandro Rodrigues do Carmo, ocupante do cargo, em comissão, de Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública, para responder pelo expediente da mesma Secretaria, durante o impedimento do titular, Bacharel Arnaldo Moraes Filho.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 5 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO

Gov. do Estado, em exercício

PORTARIA N. 6 — DE 5 DE JANEIRO DE 1961

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar os funcionários Heremegildo Pena de Carvalho, José Nogueira Sobrinho e Francisco

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**GOVERNADOR DO ESTADO****Gal. de Brigada LUÍS GEOLAS DE MOURA CARVALHO****SECRETARIO DE ESTADO DO GOVERNO**
Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA**SECRETARIO DO INTERIOR E JUSTIÇA**
Dr. PÉRICLES GUEDES DE OLIVEIRA**SECRETARIO DE FINANÇAS**
Sr. WALDEMAR GUIMARÃES**SECRETARIO DE SAÚDE PÚBLICA**
Dr. HENRY CHECRALLA KAYATH**SECRETARIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO**
Dr. BENEDITO MONTEIRO**SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
Prof. MARIA LUIZA DA COSTA REGO
Respondendo pelo Expediente**SECRETARIO DE PRODUÇÃO**
Sr. AMÉRICO SILVA**SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA**
Dr. ARNALDO MORAIS FILHO**IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ**
AV. ALMIRANTE BARROSO, N. 349 — TELEFONE 9999
Sr. MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO
DIRETOR

Matéria paga será recebida: — Das 8 às 12,30 horas, diariamente, exceto aos sábados.

ASSINATURAS
CAPITAL:

Anual	Cr\$ 900,00
Semestral	" 500,00
Número avulso	" 3,00
Número atrasado	" 4,00

ESTADOS E MUNICÍPIOS:

Anual	Cr\$ 1.000,00
Semestral	" 600,00

O custo do exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 4,00 ao ano.

PUBLICIDADE

1 Página de contabilidade, 1 vez	Cr\$ 2.000,00
1 Página comum, uma vez	" 1.200,00
Publicidade por mais de 2 vezes até 5 vezes inclusive, 10% de abatimento.	
De 5 vezes em diante, 20%, idem.	
Cada centímetro por coluna —	Cr\$ 20,00.

EXPEDIENTE

As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinados, à publicação nos jornais até às 14,00 horas, exceto aos sábados.

—As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito à Diretoria Geral, das 8 às 14,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.

—Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas por quem de direito, as rasuras e emendas.

—A matéria paga será recebida das 8 às 12,00 horas nesta I. O., e no posto coletor à Rua 13 de Maio, das 8,00 às 11 horas, exceto aos sábados.

—Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

—As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade do recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

—As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciativas em qualquer época, pelos órgãos competentes.

—A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

—Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecirão aos assinantes que os solicitarem.

Maneschy, respectivamente, Diretor Geral do D. S. P., Diretor de Organização e Orçamento do D. S. P. e Diretor do Departamento de Exatórias do Interior, para, em comissão, sob a presidência do primeiro, procederem a metucioso estudo em torno das reivindicações dos Coletores de Rendidas do Estado, constantes do processo sob n. 0260, protocolado na Secretaria de Estado do Governo, em data de 29-8-60, devendo, após, apresentar circunstanciado parecer acompanhado de ante-projeto a respeito.

Cumpra-se, dê-se ciência e publique-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 5 de janeiro de 1961.
DIONÍSIO BENTES DE CARVALHO
Gov. do Estado, em exercício**SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO****DECRETO DE 3 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Francisco Wilson Ribeiro no cargo de Assessor de Relações Públicas, lotado no Gabinete do Governador.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGov. do Estado, em exercício
Wortinger Castelo Branco
Resp. pelo Exped. da Secretaria de Estado do Governo**SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA****DECRETO DE 3 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com os arts. 54 e 55 da Lei n. 1.844 de 30/12/1959 (Código Judiciário do Estado) pelo prazo de 4 anos, o Bacharel Ivan da Rocha Bôto para exercer o cargo de Pretor do Interior, lotado no Termo-Sede da Comarca de Itaituba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGov. do Estado, em exercício
Péricles Guedes de Oliveira
Secretário de Estado do Interior e Justiça**DECRETO DE 3 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve tornar sem efeito o Decreto de 30 de dezembro de 1960, que nomeou, de acordo com os arts. 54 e 55 da Lei n. 1.844 de 30/12/1959 (Código Judiciário do Estado) pelo prazo de 4 anos, o Bacharel Ivan da Rocha Bôto, para exercer o cargo de Pretor do Interior, lotado em Oriximiná, 20. Termo da Comarca de Óbidos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGovernador do Estado, em exercício
Péricles Guedes de Oliveira
Secretário de Estado do Interior e Justiça**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS****DECRETO DE 30 DE NOVEMBRO DE 1960**

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120, da Constituição Estadual, Lucilva Monteiro Pena de Carvalho no cargo de Contabilista do Quadro Único, lotado no Departamento de Despesa, da Secretaria de Estado de Finanças. Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de novembro de 1960.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGov. do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças**DECRETO DE 2 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75, item I, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Estrela Gonzalez Navegantes do cargo de Oficial Administrativo, classe J, do Quadro Único, lotado na Secretaria de Estado de Finanças (Gabinete).

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGov. do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças**DECRETO DE 2 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item II, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Estrela Gonzalez Navegantes para exercer, efetivamente, o cargo de Contador, do Quadro Único, lotado no Departamento de Contabilidade da Secretaria de Estado de Finanças, criado pela Lei n. 2.095 de 21/12/1960.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 2 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGovernador do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças**DECRETO DE 3 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve efetivar, de acordo com o art. 120 da Constituição Estadual, Irineu Brasil do Nascimento no cargo de Motorista, do Quadro Único, lotado no Departamento de Fiscalização da Secretaria de Estado de Finanças.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de janeiro de 1961.

DIONÍSIO BENTES DE CARVALHOGov. do Estado, em exercício
Waldemar de Oliveira Guimarães
Secretário de Estado de Finanças**DECRETO DE 5 DE JANEIRO DE 1961**

O Governador do Estado resolve nomear, de acordo com o art. 12, item IV, alínea b), da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, Lucilva Monteiro Pena de Carvalho para exercer interinamente o cargo de Oficial Administrativo, classe J, do Quadro Único, lotado na Secretaria de Estado de Finanças, vago com a exoneração de Estrela Gonzalez Navegantes.

Pereira Freitas, Luiz Lima do

Santos, Joaquim Braga Bastos, Fernando Carriço Correa, José Ribamar Santos. — Ao S.I.C.
Folha corrida — Carlos Osvaldo de Melo, Justo Cardoso Pantoja, Osvaldo Antonio Costa, Joel Carneiro Campos, Raimundo Teixeira Costa. — Ao S.I.C.

Atestado de conduta — Carlos Alberto Santana, José Soares da Silva, Ozorio Batista Lima, Newton Albuquerque Santos, Adalberto Galvão de Lima. — Ao S.I.C.
Em 27-12-60.

Carteira de identidade — Oscarina Gerhardt da Costa, Carlota da Silva Modesto, Eulide de Oliveira, Getúlio Carlos dos Santos, Mário Alves de Lima, José Adriano Rodrigues, Raimunda Odete dos Santos, Reinaldo Lima de Almeida, Antonio Silva, Ricon Maria Odete B. dos Santos, Terezinha Matos de Moraes, Manoel Antonio de Souza, Ilma Rosa Cativo, Maria Diva Barata, Manoel Vera Cruz, José Correa da Silva, Sonia Delva Martins, Helena Bechara Rocha.

Folha corrida — Antonina Prado Ferreira, Carlos Alberto Ferreira, Rosa Gerhardt da Costa, Oscarina Gerhardt da Costa, Secundino Lima Neto, Fernando Fluzza de Melo, Raimundo Albuquerque, Benedito C. Nascimento, Adamor Souza da Conceição, Nádine Pantoja, Fontenele, Guilherme Neres dos Santos. — Ao S.I.C.

Atestado de conduta — Aglício Carvalho, Raimundo Assunção, Raimundo Adilino dos Santos, Francisco dos Santos, Raimundo A. dos Santos. — Ao S.I.C.
Em 28-12-60.

Carteira de identidade — Airton Gama de Oliveira, Delmira Galvão da Silva, João Gomes Cavero, José Maria de Carvalho, Pedro Barbosa de Oliveira, Edmar H. do Nascimento, Francisco R. do Nascimento, Elza Canavarro Coelho, Dagoberto Silva Andrade, Oscar Rodrigues Barros, Neuza Duarte Barata Henriques, José Aroldo Cotrim, Nidia Lauri Carneiro, Raimundo M. de Oliveira, Rita Vieira de Carvalho, Manoel Cantão Sanches, Antonio Azevedo Bandeira, Anderson Pires, Epaminondas Oeiras. — Ao S.I.C.

Folha corrida — João Carlos Coelho, Elias da Mota Silveira, Lourenço Ferreira dos Santos, Manoel de Jesus Coelho, Ubirajara R. Alves, Raimundo Aroldo da Silva, Manoel Ema dos Santos, Epaminondas Oeiras. — Ao S.I.C.
Atestado de conduta — Daniel Meireles Paiva, Rubem Cunha dos Santos, Elton de B. Miguez. — Ao S.I.C.
Em 29-12-60.

Carteira de identidade — José Silvino S. Costa, Manoel José Duarte, Maria da Conceição Mendes, Maria Helena de Andrade, Valdemar Campos, Maria Lucia Oteabara, Edson O. Oliveira, Queiroz, Oscar Pires de Matos, Paulo Roberto Toscano, Cicero Lima, Alirio Postana, Antonio Alves Brito, Higison Pantoja da Costa e Silva, André Brasilino G. de Araújo, Celso Pantoja de Souza, Maria Assunção dos Anjos, Gervy de Brito Monteiro, Manoel Santiago Costa. — Ao S.I.C.

Folha corrida — Luiz Roberto de Paula, Dilson Pessoa da Costa, Antonio Gomes de Melo, Pedro Paulo Dourado, João Barbosa da Silva, Elias Cecim Rassy, Iranilza Batista de Paiva. — Ao S.I.C.
Atestado de conduta — Pedro José Teixeira. — Ao S.I.C.
Antonino da Holanda, Geraldo Jo-

Despachos proferidos pelo sr. Diretor Geral.
Em 4-1-61.

Petição: Ns. 0045 de Noeme Couto; 0028, de Sebastião Alves dos Santos; 0028, de Rui da Silva Santos; 0027, de Secundino Teles Dias; 0032, de Teodoro José Ferreira; 0034, de Waldomira Souza; 0033, de Waldemar Almeida dos Santos; 0035, de Walter Silva; 0025, de Raimundo Carvalho Chagas; 0031, de Sotero Antonio Car-

doso; 0030, de Sebastião Silva; 0019, de Oscarino Queiroz; 0036, de Waldemar da Silva Moreira; 0013, de Manoel Nascimento de Almeida; 0014, de Ana Mesquita Belém; 0024, de Plácido Rodrigues Lobato; 0020, de Onezima Pinheiro de Lima; 0021, de Otaviano Emidio Silva; 0023, de Pedro Rodrigues da Silva; 0022, de Paulo Mendes de Moraes; 0018, de Nestor Abel Teixeira; 0017, de Manoel da Silva Vasconcelos da Rocha; 0016, de Martiniano B. de Oliveira; 0015, de José Batista da Costa; 0029 de Sandoval R. Pinheiro. — A Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Ns. 9046, de Alice dos Santos Peiros Leite; 9043, de Raimunda Pantoja Diamantino; 9044 de Maria Lúcia Silva Queiroz; 9045, de Maria de Nazaré Alves; 9047, de Luzia Cunha Souza. — Restitua-se à Secretaria de Educação.

N. 0049, de Olga Regina Rodrigues de Oliveira. — Expeça-se a 2ª via do decreto de nomeação solicitada.

Ns. 9007, da Congreg. Religiosa Nossa Senhora de Fátima; 9424, de Ass. dos Ex-Combatedores do Pará. — A D.O.O. para abertura de crédito especial.

Ns. 8196, de José Libanio de Sousa; 3796, de Artur Costano Monteiro. — Expeça-se a certidão.

Ns. 0047, da Fundação Getúlio Vargas; 8780, da Maria do Espírito Santo; 7586, de João Rocha Pereira de Castro. — Restitua-se à Secretaria de Governo.

N. 9028, de Maria Amélia M. Carneiro. — Satisfaca-se a exigência da C. Jurídica.

N. 4951, de Terezinha Ligeiro da Silva. — A D.O.O. para empenho.

N. 0046, de Manoel Cecílio dos Santos. — A carteira competente para dizer.

N. 7799, das Inspetoras de alunos. — Encaminhe-se à comissão de Reclassificação.

N. 9068, de Ana Queiroz Soares; 0008, de Maria Nogueira Tocantins; 9072, de Maria de Nazaré F. na. — Encaminhe-se à Comissão de Reclassificação.

Ns. 3950, de Heitor F. de Araújo; 8958, de Pedro Cosme Siqueira; 8956, de José Maria Marinho; 8955, de Hidermar Pereira Lima; 8957, de José Maria O. de Almeida; 8959, de Joaquim Mamede de Almeida; 8961, de Custódio José de Melo. — Relacionem-se.

Ofícios: Ns. 8577, da Secretaria de Saúde; 8850, 5180, da Secretaria de Educação; 8909, 7938, da Secretaria de Finanças. — Encaminhe-se ao Tribunal de Contas.

Ns. 9108, da Secretaria de Segurança Pública; 9106, da Secretaria de Finanças; 8839, da Secretaria de Finanças. — A D.O.O. para empenho.

N. 0044, da Secretaria de Interior e Justiça. — Ao sr. Protocolista para informar.

N. 0041, da Secretaria de Finanças. — A D.O.O. para abertura de crédito especial.

N. 0043, da Secretaria de Segurança Pública. — A S.C. n. 1, para informar.

N. 8297, da Secretaria de Saúde. — Restitua-se à Secretaria de Saúde.

N. 5693, do Departamento de Aguas. — Restitua-se à Secretaria de Obras.

Ns. 8071, da Secretaria de Saúde; 9010, do Departamento de Aguas; 0038, da Secretaria de Finanças. — Baixem-se os atos.

N. 0051, da Secretaria de Educação. — A D.P. para conferência e à D.O.O. para empenho.

N. 0037, do Tribunal de Contas. — A S.C. n. 2, para os devidos fins.

N. 8934, do Departamento de Fiscalização. — Satisfaca-se a exigência da C. Jurídica.

Memorandum: Ns. 0045 de Noeme Couto; 0028, de Sebastião Alves dos Santos; 0028, de Rui da Silva Santos; 0027, de Secundino Teles Dias; 0032, de Teodoro José Ferreira; 0034, de Waldomira Souza; 0033, de Waldemar Almeida dos Santos; 0035, de Walter Silva; 0025, de Raimundo Carvalho Chagas; 0031, de Sotero Antonio Car-

N. 0050, da Assembleia Legislativa. — A S.C. n. 2, para enviar a S.E.C. minutas de contratos.
N. 0049, da Secretaria de Governo. — A S.C. n. 1, para informar.

Despachos proferidos pelo Sr. Diretor Geral.
Em 5-1-61.

Processos: Ns. 0079, de Raimundo Helio de Paiva Melo; 0077, do Bom Inten- to Clube; 0074, de Adauto Ribeiro Soares; 0076, de Cláudio M- sical Estrela do Norte; 0072, dos SNAPP; 0071, dos SNAPP; 0079, de Juraci Bastos e 0070, dos SNAPP. — A D.O.O., para em- penho.

N. 0046, de Manoel Cecílio dos Santos. — Inscreva-se.

N. 3835, de Maria da Con- ceição Leite de Sousa. — Resti- tua-se mediante recibo.

N. 0064, de José Antonio G. Alves. — A Consultoria Ju- rídica.

Ns. 8966, de Afonso Pas- coal da Silva; 8962, de Ananias Pereira de Queiroz; 8970, de Al- cebiades Sarmiento Alves; 8973, de Antonio Vieira de Oliveira; 8979, de Jorge André Monteiro; 8975, de Deodato Araújo; 8963, de João Pereira da Silva; 8967, de Francisco Alves Magalhães; 8977, de José Barbosa dos Santos e 8974, de Edgar Martins dos San-

tos. — Relacionem-se.

Ns. 0063, da Secretaria de Segurança Pública; 0062, 0059, 0060, 0061 e 0055, da Secretaria de Educação e Cultura. — A D.O.O., para conferência e à D.O.O., para empenho.

N. 0042, do Quartel Gene- ral. — Retorne ao Gabinete do Governador.

N. 0075, da Secretaria de Finanças. — A D.O.O.

Ns. 0052, do Departamento de Aguas; 0067, da Imprensa Ofi- cial e 0058, da Secretaria de Edu- cação. — A D.O.O., para em- penho.

N. 0065, da Assembleia Le- gislativa. — A D.O.O., para os devidos fins.

N. 0066, da Divisão do Pes- soal. — Junta-se ao processo e volte a despacho.

N. 0073, da Paróquia de S. Francisco de Assis. — A Consultoria Jurídica.

Ns. 0054 e 0052, da Secre- taria de Saúde Pública. — Relac- ionem-se os atos.

N. 0056, da Secretaria do Interior e Justiça. — Aguardar o início do ano letivo.

— Relacionem-se.
Ns. 0063, de Terezinha de Jesus Barros Araújo e 0057, de Zulmira de Souza Nunes. — Ex- peça-se a 2ª via solicitada.
Ns. 0030 e 0031, da Secre- taria de Finanças. — A D.O.O. para empenho.

Ns. 0063, da Secretaria de Segurança Pública; 0062, 0059, 0060, 0061 e 0055, da Secretaria de Educação e Cultura. — A D.O.O., para conferência e à D.O.O., para empenho.

N. 0042, do Quartel Gene- ral. — Retorne ao Gabinete do Governador.

N. 0075, da Secretaria de Finanças. — A D.O.O.

Ns. 0052, do Departamento de Aguas; 0067, da Imprensa Ofi- cial e 0058, da Secretaria de Edu- cação. — A D.O.O., para em- penho.

N. 0065, da Assembleia Le- gislativa. — A D.O.O., para os devidos fins.

N. 0066, da Divisão do Pes- soal. — Junta-se ao processo e volte a despacho.

N. 0073, da Paróquia de S. Francisco de Assis. — A Consultoria Jurídica.

Ns. 0054 e 0052, da Secre- taria de Saúde Pública. — Relac- ionem-se os atos.

N. 0056, da Secretaria do Interior e Justiça. — Aguardar o início do ano letivo.

COMISSÃO DE ABASTECIMENTOS E PREÇOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA N. 511 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n. 39, de 19 de junho de 1952, do Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, no cumprimento da delibera- ção do Plenário desta COAP, to- mada em reunião ordinária rea- lizada em 15 de dezembro cor- rente,

Considerando que o que pede a firma Cinemas Art. Palácio S/A, em exposição feita a este Graão e constante do Processo n. 282/60, já foi concedida a empresa do mesmo ramo de negócio,

RESOLVE:

Art. 1.º Permitir que o Cine Art sejam cobrados preços das entradas até o máximo de vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 25,00), in- clusivos os impostos.

Art. 2.º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposi- ções em contrário.

Belém, 19 de dezembro de 1960.
(a) Guilherme de La Roquette, Presidente.

PORTARIA N. 512 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1960

O Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Por- taria n. 39, de 19 de junho de

1952, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, nos ter- mos da decisão do Plenário desta COAP, tomada em reunião ordi- nária realizada em 15 de dezem- bro p.p.

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os seguin- tes preços máximos, para a ven- da, pelos revendedores aos consu- midores, de refrigerantes, no mu- nicípio de Belém.

Por garrafa pequena (331/2 onças) por unidade 3,00

Por garrafa grande (410 onças) 10,00

Parágrafo único. A venda dos refrigerantes ao consumidor, no varejo, se fará no mesmo preço da tabela acima, quer o produto seja servido natural ou gelado.

Art. 2.º Como refrigerantes, entendem-se: guaraná, kola, sha- get-ale, água tônica, laranja-da, coca-cola, pepsi-cola e outros si- milares.

Art. 3.º É obrigatória a ali- xação nos locais de venda dos produtos acima, da tabela de pre- ços constante do art. 1.º desta Portaria, em caracteres de pelo menos 2 cm. de tamanho e em local visível de fácil leitura para o público consumidor.

Art. 4.º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogando-se as dis- posições em contrário.

Belém, 29 de dezembro de 1960.
(a) Guilherme de La Roquette, Presidente.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONSELHO EXECUTIVO

Resolução n. 32/60-CE

O Conselho Executivo do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará, em sessão extraordinária rea- lizada em 23 de Dezembro de 1960, presentes os seus mem- bros, legalmente investidos em suas funções e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, dá a seguinte

RESOLUÇÃO:

Aprovar a proposta feita à direção geral do DER-PA.

pela firma Sol, Engenharia, Comércio e Indústria Ltda., desta praça, para venda ao mesmo de u'a máquina de solda elétrica usada, marca Triodyn, modelo K-320, de 320 amperes, 30 volts, com motor elétrico de 14 kw., 220/380/500 volts, 60 ciclos, 3450 r.p.m., em virtude das condições apresentadas terem satisfeito os reais interesses do aludido Órgão Rodoviário.

Sala das Sessões do C.E., em 23 de dezembro de 1960.

Eng. José Chaves Camacho

No exercício da Presidência

Carlos Augusto Corrêa Alves

Secretário

Eng. Arthur Sampaio Carepa

Conselheiro

Eng. Luiz Alves

Conselheiro

Eng. Henrique Montenegro Duarte

Conselheiro

Eng. João Antonio Nunes Caetano

Conselheiro

Eng. Ramiro de Nobre e Silva

Conselheiro

Dr. Jorge Faciola de Souza

Conselheiro

Econ. Péricles Martins de Carvalho

Conselheiro

PORTARIA N. 582 — DE 16

DE NOVEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Determinar o prazo até o dia 20 do corrente para os funcionários José Ramos Cunha, Roque Caraciolo, João Batista Imbiriba, Ismael Souza de Oliveira, Osvaldo Coelho Corrêa, Willy Reinaldo Moreira da Silva e servidor Arnaldo Braga Pinto, ocupantes do cargo de Contabilistas, para apresentarem no Serviço do Pessoal seus respectivos diplomas ou declararem por escrito o motivo porque não o fazem, sob pena de após encerrado o prazo estabelecido pela presente Portaria, terem seus vencimentos suspensos, até o cumprimento da mesma.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 16 de novembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 618 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Desligar deste Departamento o servidor Raimundo Nogueira de Lima, Bragat, da 6a. Residência, e a contar de 16-11-1960, em face de lhe ter sido concedido aposentadoria por invalidez, conforme comunicação constante do Ofício de n. DP/SB-255/60 de C.P.F.E.S.P.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 619 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, o Contrato de Trabalho n. 43, de 30-9-1959, que admitiu Manoel Ernesto de Souza, como Vigia da 7a. Residência — 3o. Distrito.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 621 — DE 6 (2) dias a partir desta data.

DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Suspender disciplinarmente pelo prazo de quinze (15) dias o Guarda Rodoviário Ernesto da Silveira, por ter sido encontrado banhando-se no Rio Guamá, em companhia de dois subordinados, quando em serviço.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 622 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Suspender disciplinarmente pelo prazo de quinze (15) dias o Guarda Rodoviário Leonidas Alves dos Santos, por ter quando de serviço em corrente de Capanema, utilizado indevidamente uma bicicleta de terceiros, fazendo posteriormente entrega da mesma parcialmente inutilizada, demonstrando desse modo falta de responsabilidade. (letra a do § 1.º do art. 17 do Reg. da P.R.).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 625 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Suspender disciplinarmente o Sub-Inspetor Mariano Lima Rodrigues, por negligência no serviço quando escalado de Fiscal do Dia no Posto de Emergência da Polícia Rodoviária, letra A do § 1.º do art. 17 do Reg. da P.R., por dois

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 626 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Suspender disciplinarmente pelo prazo de quinze (15) dias o Guarda Rodoviário João Nunes da Fonseca, por ter quando de serviço de fiscalização volante, convidado um seu subordinado para banhar-se no Rio Guamá, dando deste modo mau exemplo e demonstrado falta de responsabilidade. (letra A do § 1.º do art. 17 do Reg. da P.R.).

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 628 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Classificar na função de Capataz, o servidor Claudemir do Rosário Ferreira, Bragat, da 2a. Residência.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 629 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a contar de 14-11-1960, novena (90) dias de licença à funcionária Maria Clotilde da Silva Pereira, ref. 4, classe C.

lotada na Contabilidade, tendo em vista o que estabelece o art. 107 da Lei Estadual 749, de 24-12-1953, aplicável à espécie por força do Decreto 1935 de 28-12-1955, e de acordo com o processo de n. 2169/60.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 630 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 16-8-1958, ao servidor Francisco Bento da Silva, Braçal, lotado na 6a. Residência, o salário-família de acordo com a Resolução 150, do C.R. tendo em vista que citado servidor apresentou em processo n. 995/58 sua certidão de casamento e de nascimento de seus seis (6) filhos menores, documentos esses devidamente legalizados conforme parecer da Assistência Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 631 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 16-8-1958, ao servidor Francisco Bento da Silva, Braçal, lotado na 6a. Residência, o adicional de dez (10%) por cento sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 9.º da Resolução n. 150, de 28-12-1954, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da d. Ass. Jurídica, constante do Processo de n. 995/58.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas

de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 632 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1-1-1960, ao servidor Clóvis Clemente da Silva, Motorista lotado na D.A.M., o salário-família de acordo com a Resolução 150 do C.R. tendo em vista que citado servidor apresentou em Processo n. 104/60 sua certidão de casamento e de nascimento de seu filho menor documentos esses devidamente legalizados conforme parecer da Assistência Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 633 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1-1-1960, ao servidor Clóvis Clemente da Silva, Motorista lotado na D.A.M., o adicional de dez (10%) por cento sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 9.º da Resolução n. 150, de 28-12-1954, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da d. Ass. Jurídica constante do Processo n. 104/60.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 634 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de

1-6-1958, ao servidor Antonio dos Santos Reis, Capataz lotado na 6a. Residência, o salário-família de acordo com a Resolução 150 do C.R. tendo em vista que citado servidor apresentou em processo n. 1298/59, sua certidão de casamento e de nascimento de seus sete (7) filhos menores, documentos esses devidamente legalizados conforme parecer da d. Ass. Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 635 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1-8-1958, ao servidor Antonio dos Santos Reis, Capataz lotado na 6a. Residência, o adicional de dez (10%) por cento sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 9.º da Resolução n. 150, de 28-12-54, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da d. Ass. Jurídica constante do Processo n. 1298/59.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 637 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 3-8-1960, ao servidor Apolonio Alves Pinheiro, Serralheiro, lotado na O.R.M.-1, o adicional de dez (10%) por cento sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 9.º da Resolução n. 150, de 28-12-1954, do Conselho Rodoviário,

e tendo em vista o parecer da d. Ass. Jurídica, constante do Processo de n. 319/59.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 638 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 7-3-1959, ao servidor Adelino Alves de Souza, Braçal da 5a. Residência, o adicional de dez (10%) por cento sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 9.º da Resolução n. 150, de 28-12-1954, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da d. Ass. Jurídica, constante do Processo n. 485/58.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 639 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 1-7-1960, ao servidor Antonio Marques da Silva, Operador de Máquinas, o salário-família, de acordo com a Resolução 150 do C.R. e tendo em vista que citado servidor apresentou em Processo n. 2220/60, sua certidão de casamento e de nascimento de seus quatro (4) filhos menores, documentos esses devidamente legalizados conforme parecer da Assistência Jurídica.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 6 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 640 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Suspender previamente por trinta (30) dias, a contar de 16-12-1960, o Sr. Manoel Paulo Piedade Chermont, Guarda Rodoviário, lotado na Polícia Rodoviária, de acordo com o artigo 191, da Lei n. 749, de 24-12-1953, em virtude de se tornar necessário o afastamento do mesmo de seu cargo, impedindo dessa forma o acesso do referido servidor no recinto do Comando da Polícia Rodoviária, conforme solicitação da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria n. 509, de 25-10-1960, publicada no DIÁRIO OFICIAL do Estado de 15-11-1960, objeto do processo sob n. 2.628/60.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete da Diretoria Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará, (DER-PA), em 15 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 641 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 7-7-1960, ao servidor Claudio Nunes Leal, Radio-Operador, lotado na 1.º Distrito (Castanhal), o adicional de dez (10%) por cento sobre os seus vencimentos, de acordo com o art. 9.º da Resolução n. 150, de 28-12-1954, do Conselho Rodoviário, e tendo em vista o parecer da douta Assistência Jurídica constante do Processo de n. 462/59.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 642 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Rescindir, de acordo com as letras B, F, H e J do art. 482 da C.L.T., o contrato n. ... 114/56, de 1-7-1956, do servidor Fernando Gomes de Carvalho Pena, ajudante da O. R.M.-1, que alcoolizado se insubordinou em serviço, promovendo desordem, conforme representação encaminhada a Diretoria Geral pelo mem. 207/60 do sr. Chefe do Primeiro Distrito.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 643 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Designar o Eng. do Quadro Unico José Chaves Camacho, titular da Ass. Técnica, para responder pelo expediente da Diretoria Geral, enquanto perdurar o impedimento de seu titular Eng. Antonio Eugênio P. Lôbo, que vai ao Sul do País a interesse do Orgão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 645 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Rescindir de acordo com a letra H do art. 482 da C.L.T., o Contrato de Trabalho de n. 87/58, de 15-9-1958, do servidor Luiz Ferreira Viana, Rádio - Operador da 5a. Residência, que se negou a cumprir determinações superiores.

res. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 646 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Rescindir, de acordo com a letra H do art. 482 da C.L.T., o contrato de trabalho n. ... 604/56, de 1-8-1956, do servidor Arthur Braga de Souza, Braçal da 3a. Residência, que se insubordinou em serviço, conforme representação encaminhada à Diretoria Geral pelo Mem. 208/60 do Sr. Chefe do Primeiro Distrito.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 647 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Classificar como Motorista, o mecânico de 3a. classe Almir Santos, lotado na D.M.E.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 648 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Suspender disciplinarmente pelo prazo de três (3) dias o Guarda Rodoviário Durval E. de 29-4-1960 (art. 3o.), se Pinheiro de Souza, por ter permitido quando de Fiscal de dia, estacionamento de pessoas estranhas no perímetro

da área do Posto Central.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 19 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 649 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Chamar a atenção do pessoal do Q.U.P. para os termos dos arts. 36, 9., § único e 186 inciso II e parágrafos 2o. e 3o. (E.F.P.C.E.) da lei 749, de 24-12-1953 e art. 96, letra b), do decreto 1308, de 22-7-1953, que estabelece penas disciplinares para os que faltam ao serviço sem motivo justificado, e que serão rigorosamente observados por esta Diretoria Geral, a partir de 1-1-1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 20 de dezembro de 1960.

Eng. Antônio Eugênio Pereira Lôbo, Diretor Geral.

PORTARIA N. 650 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1960

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe confere a lei N. 157, de 24-12-1948,

RESOLVE:

Fica esclarecido que o Pessoal do Q.U., conforme possui ou não cinco (5) anos de serviço provado perante o D. E.R.-Pa à data da infração, está sujeito, respectivamente, à Lei n. 749, de 24-12-1953, e o decreto governamental n. 1308, de 22-7-1953.

Art. 1.º O pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, sujeito ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, que incorrer em afastamento do serviço, não justificado nos termos da Portaria n. 176, de 5-4-1960, publicada no D.O. E. de 29-4-1960 (art. 3o.), será, pela primeira falta, suspenso por cinco (5) dias, pela segunda suspenso por quinze (15) dias e pela terceira, dis-

pensado por justa causa, na ria entrará em vigor a partir
forma da letra e), do artigo de 1.º de Janeiro de 1961.
432, da legislação trabalhista. Registre-se, publique-se e
consolidada, salve no caso de cumpra-se.
trinta (30) dias consecutivos Departamento de Estradas
de faltas não justificadas em de Rodagem, 26 de dezembro
que se observará o disposto no de 1960.
Art. 1.º da Portaria aludida e
servidor será dispensado.
Art. 2.º A presente Portaria

Eng. Antônio Eugênio Pe-
reira Lobo, Diretor Geral

EDITAIS — ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE DO PARÁ

REITORIA

RESOLUÇÃO N. 23 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1960

Conselho Universitário

Assunto: — Outorga o título de "Doutor Honoris Cau-
sa" aos doutores Arthur Cezar Ferreira
Reis e Waldir Boudier.

O Reitor da Universidade do Pará, no uso das atribui-
ções estatutárias e de acordo com o art. 16 letra "p" do Es-
tatuto da Universidade do Pará, em cumprimento de deci-
são do Conselho Universitário, em reunião extraordinária
de 30 de dezembro de 1960, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1.º É outorgado o título de "Doutor Honoris Cau-
sa" aos doutores Arthur Cezar Ferreira Reis e Waldir Bou-
dier, de acordo com o art. 16, letra "p", do Estatuto da Uni-
versidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade do Pará, 31 de dezembro de
1960.

(a.) PROF. DR. JOSÉ DA SILVEIRA — Reitor.

(Ext. — Dia 6/1/61)

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO COMANDO GERAL Comandância Pública

De ordem do sr. Coronel Co-
mandante Geral desta Polícia Mi-
litar fica aberto Edital de Com-
andância Pública, para forneci-
mento de calçados a esta Corpo-
ração, durante o exercício do ano
de 1961.

Os interessados calçados (coturnos e
sapatos), em cor marrom, deverão
ser de qualidade "Vulcanbrás" ou
"Trotin", tipo sistema Goodyer.

Os interessados deverão endere-
çar ao Comando Geral

o Coronel Pontoura, propostas
feitas, acompanhadas de assen-
tos e preços, até o dia 10 de
Janeiro próximo, as quais serão
abertas em presença dos repre-
sentantes das firmas remete-
ntes, e uma comissão competente pa-
ra tal fim, às 10.00 horas do dia
10 de Janeiro de 1961.

Quartel do Comando Geral em
Belém, 28 de Dezembro de 1960.
(a.) Antônio Tavares Ferreira, Che-
fe da 4.ª Seção.
(G. — Dia 6-1-61)

SECRETARIA DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço público
que por Antônio Andrade de Al-
buquerque, nos termos do art. 6.º
do Regulamento de terras de 19
de Agosto de 1933 em vigor, foi
requerida por compra uma sorte
de terras devolutas, própria para a
Indústria Agrícola, sitas na 27.ª
Comarca-Óbidos; 73.º Termo; 73.º
Município de Juruti e 193.º Dis-
trito, com as seguintes indicações
e limites:

Limitando-se pela frente com a
rua "Tabatinga", situa-
da na margem esquerda da qual se

fronte, limitando-se pelo lado de
cima, com terrenos de João Pe-
dro de Albuquerque; pelo lado de
baixo, com terrenos de Gil de
Oliveira Pantoja e pelos fundos,
com terras do Estado, medindo
150 metros por 20 metros de fun-
dos.

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do
Estado naquele município de
Juruti.

Secretaria de Obras, Terras e
Viação do Estado do Pará, 28 de
dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 6, 15 e 25-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço público
que por Iradene Braz Br-
un, nos termos do art. 6.º
do Regulamento de terras de 19
de Agosto de 1933 em vigor, foi
requerida por compra uma sorte
de terras devolutas, própria para a
Indústria Pastoral, sitas na 27.ª
Comarca-Óbidos; 73.º Termo; 73.º
Município de Juruti e 193.º Dis-
trito, com as seguintes indicações
e limites:

Está situado no Pará do Cha-
pe, em formato de uma trian-
gulo, tendo frente para a ilha do
Chaves, pelo lado direito e es-
querdo, com o rio Pará do
Chaves e pelos fundos, com a ilha
do Valha-ma-de, medindo
300 metros de frente por 700
metros de fundos, terras estas deno-
minadas "Brasilha".

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do

Estado naquele município de
Juruti.
Secretaria de Obras, Terras e
Viação do Estado do Pará, 28 de
dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 6, 15 e 25-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço público
que por Waldora Nogueira Bor-
ges, nos termos do art. 6.º
do Regulamento de terras de 19
de Agosto de 1933 em vigor, foi
requerida por compra uma sorte
de terras devolutas, própria para a
Indústria Agrícola, sitas na 24.ª
Comarca, 63.º Termo, 63.º Muni-
cípio de Almeirim e 173.º Dis-
trito, com as seguintes indica-
ções e limites:

Pela frente à margem do rio
Amazonas, lado de baixo com
terras devolutas do Estado, lado
de cima com o rio Amazonas e
fundos com o Estado do Decepa-
do. O referido lote de terras me-
de 2.000 metros de frente por 800
metros de fundos.

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do
Estado naquele município de
Almeirim.

Secretaria de Obras, Terras e
Viação do Estado do Pará, 28 de
dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 693 — 8, 18 e 28-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço pú-
blico que por Benedita dos
Reis, nos termos do art. 6.º
do Regulamento de terras de 19
de Agosto de 1933 em vigor, foi
requerida por compra uma sorte
de terras devolutas, própria para a
Indústria Agrícola, sitas na 6.ª
Comarca, de Belém, 11.º Termo;
11.º Município de Atará e 22.º
Distrito, com as seguintes indica-
ções e limites:

Frente e 1.500 metros da mar-
gem direita do Igarapé Castanhal,
com terras demarcadas de Veris-
sima Muniz dos Reis, pelo lado
de cima com terras demarcadas
de Teodora Araújo, lado de bai-
xo e fundos com terras do Estado.
O referido lote de terras me-
de 1.000 metros de frente por 1.500
metros de fundos.

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do
Estado naquele município de
Acara.

Secretaria de Obras, Terras e
Viação do Estado do Pará, 28 de
dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 694 — 8, 18 e 28-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço pú-
blico que por Elídio M. A-
raújo, nos termos do art. 6.º
do Regulamento de terras de 19
de Agosto de 1933 em vigor, foi
requerida por compra uma sorte
de terras devolutas, própria para a
Indústria Agrícola, sitas na 11.ª
Comarca-Capanema; 32.º Termo;
32.º Município de Ourém e 83.º
Distrito, com as seguintes indica-
ções e limites:

Fazendo frente no Igarapé Pe-
dral; lado direito e fundos, com
terras devolutas do Estado e pelo
lado esquerdo, com terras ocupa-
das por Isai de Tal, medindo 750
metros de frente por 1.000 metros
de fundos.

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do
Estado naquele município de
Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e

Viação do Estado do Pará, 10 de
setembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 6, 15 e 25-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço público
que por José Marques de Fi-
gueiredo, nos termos do art.
7.º do Regulamento de terras de
19 de Agosto de 1933 em vigor,
foi requerida por compra uma
sorte de terras devolutas, própria
para a Indústria Agrícola, sitas
na 27.ª Comarca, 75.º Ter-
mo, 75.º Município de Oriximiná
e 196.º Distrito, com as seguintes
indicações e limites:

Pela frente com a citada Ca-
beceira Jacupá, medindo 600 me-
tros a começar por uma Bacabeira,
pelo lado direito a começar
da citada Bacabeira por uma reia,
rumo ao centro até alcançar 600
metros, com terras desocupadas do
Estado, pelo lado esquerdo com
terreno ocupado por Manoel Al-
ves Maicher, também 600 metros
e pelos fundos com terras do Es-
tado, 600 metros.

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do
Estado naquele município de
Oriximiná.

Secretaria de Obras, Terras e
Viação do Estado do Pará, 22 de
dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 544 — 27-12-7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço público
que por Athynio Wanzeller
Figueira, nos termos do art.
7.º do Regulamento de terras de
19 de Agosto de 1933 em vigor,
foi requerida por compra uma
sorte de terras devolutas, própria
para a Indústria Agrícola, sitas
na 27.ª Comarca, 75.º Ter-
mo, 75.º Município de Oriximiná
e 196.º Distrito, com as seguintes
indicações e limites:

Limitando-se pela frente com a
referida cabeceira, medindo 2.000
metros aproximadamente de fren-
te, pelo lado direito com a boca
da cabeceira Sacuri, pelo lado es-
querdo com as benfeitorias e ter-
ras ocupadas por Manuel Tava-
res Gomes, na baixa denominada
"Tergado", de onde começa e pe-
los fundos com o terreno ocupado
por Manoel dos Reis Santana por
uma reta partindo da cabeceira.
"Tergado" limite com Manoel Ta-
vares Gomes até encontrar uma
Castanheira à margem da cabe-
ceira do Sacuri. Medindo 1.600
metros, inclusive a ilha do Bode-
ná frente do terreno.

E, para que não se alegue
ignorância, será este publicado
pela imprensa e afixado por 30
dias, à porta do edifício em que
funciona a Coletoria de Renda do
Estado naquele município de
Oriximiná.

Secretaria de Obras, Terras e
Viação do Estado do Pará, 22 de
dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 548 — 27-12, 7 et 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro
chefe desta Seção, faço público
que por Mario Ney de Souza
Figueira, nos termos do art.
7.º do Regulamento de terras de
19 de Agosto de 1933 em vigor,
foi requerida por compra uma
sorte de terras devolutas, própria
para a Indústria Agrícola, sitas
na 27.ª Comarca-Óbidos, 75.º Ter-
mo, 75.º Município de Oriximiná
e 196.º Distrito, com as seguintes
indicações e limites:

Pela frente com o rio Trombe-
tas, medindo mais ou menos 2.000
metros a começar pelo furo da
Sancumeira, pelo lado direito,
com o furo grande, terras do Es-
tado, pelo lado esquerdo com c

Turo da Saranauira, com terras do Estado e pelos fundos com o lago da Batuta mais ou menos 2.500 metros.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Oxirrimina.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 546 — 27-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Raimundo Souza de Oliveira, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 27ª Comarca-Obidos, 75.º Termo, 75.º Município de Oxirrimina e 196.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Limitado-se pela frente com o rio Trombetas, medindo ... metros e começando na ponta do Paraná Xiriri; pelo lado direito com terras desocupadas do Fomento do Estado, mais ou menos 400 metros; pelo lado esquerdo com o Paraná Xiriri mais ou menos 500 metros e pelos fundos com o lago Xiriri, pertencendo ao município de Oxirrimina, com uma área de 90 hectares, mais ou menos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Oxirrimina.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 547 — 27-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Oscar da Silva Leite, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 27ª Comarca-Obidos, 75.º Termo, 75.º Município de Oxirrimina e 196.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Pela frente com o referido rio Trombetas, a começar do Igarapé Tapichavassu, medindo mais ou menos 2.000 metros; pelo lado direito com o Igarapé Tapichavassu, mais ou menos com 3.000 metros; pelo lado esquerdo, com terras ocupadas por Anísio Almeida da Silva, medindo mais ou menos 2.500 metros e pelos fundos, com terras devolutas do Estado, medindo mais ou menos 2.000 metros.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Oxirrimina.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 549 — 27-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Arnaldo José de Freitas Brum, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 21ª Comarca, 34.º Termo, 34.º Município de Santarém e 176.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Limitado-se pela frente com a margem direita do rio Tapajós, pela parte de cima e de baixo, com o referido rio Tapajós e pelos fundos com o Paraná de Itapiluna. O lote de terras mede mais ou menos de frente 5.000 metros de comprimento, por 4.000 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Santarém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 545 — 27-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Oriente Zucato, nos termos do art. 6º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6ª Comarca, 110.º Termo, 110.º Município de Acará e 220.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Central confinando pela frente com terras requeridas por Elias Breda, pelo lado de baixo, com terras requeridas por Agostinho Breda, e pelo lado de cima e fundos com terras do Estado. O lote de terras mede 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 28-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Carmelino Toso, nos termos do art. 6º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6ª Comarca, 110.º Termo, 110.º Município de Acará e 220.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Central confinando pela frente, com terras requeridas por Antonio Breda, pelo lado de baixo, com terras requeridas por Oriente Zucato, pelo lado de cima e fundos, com terras do Estado. O lote de terras mede 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 28-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Vieira da Silva, nos termos do art. 6º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6ª Comarca, 110.º Termo, 110.º Município de Acará e 220.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Indicações e limites, pela frente, com terras requeridas por Augusto Breda, lado de baixo, cima e fundos, com terras do Estado. O lote de terras mede 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 28-12, 7 e 17-1-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Agostinho G. Breda, nos termos do art. 6º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6ª Comarca, 110.º Termo, 110.º Município de Acará e 220.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Central a 12.000 metros da margem direita do rio Acará, confinando pela frente com terras do Estado, pelo lado de baixo, cima e fundos, com terras do Estado. O lote de terras mede 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(Dias 28-12, 7 e 17-1-61)

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

De ordem do sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que por Elmir Guimarães Maia, nos termos do art. 6º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 16ª Comarca, 450.º Termo, 450.º Município de Capim e 1190.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: limita-se pela frente com a margem esquerda geográfica do Rio Capim, começando o seu limite pelo lado de baixo com o requerimento de Jurandir Torres de Lima; lado de cima e fundos com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente, por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3ª. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito, of. adm.
(15, 25/12 e 5/1)

Compra de Terras

De ordem do sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que por Miriam Angela de Medeiros, nos termos do art. 6º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 16ª Comarca, 450.º Termo, 450.º Município de Capim e 1190.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: limita-se com a requerente Imapa Ltda., e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos e fundos.

E, para que se não alegue ig-

norância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3ª. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito, of. adm.
(15, 25/12 e 5/1)

Compra de Terras

De ordem do sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que por Marta Maria Medeiros, nos termos do art. 6º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 16ª Comarca, 450.º Termo, 450.º Município e 1190.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: limita-se pela frente com o requerente Antonio de Medeiros e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3ª. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito, of. adm.
(15, 25/12 e 5/1)

Compra de Terras

De ordem do sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que por Maurício de Medeiros, nos termos do art. 6º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 16ª Comarca, 450.º Termo, 450.º Município de Capim e 1190.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: limita-se pela frente com o requerente Marceus Vinícius Medeiros Maia, e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

3ª. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito, of. adm.
(15, 25/12 e 5/1)

Compra de Terras

De ordem do sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que por Inapa (Indústria Madeira Agro-Pecuária da Amazônia Ltda) nos termos do art. 6º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 16ª Comarca, 450.º Termo, 450.º Município de Capim e 1190.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: limita-se pela frente com a margem esquerda geográfica do Rio Capim; pela parte de baixo com terras requeridas por Leoncio Antonio de Medeiros; lado de cima e fundos com quem de direito. O referido lote e terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à

porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquêl Município de Capim. 3a. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de dezembro de 1960 — Yolanda L. de Brito, of. adm. (15, 25/12 e 5/1)

Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Maria Torres, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas na 25.ª Comarca de Capanema, 32.º Termo, 32.º Município de Ourém e 83.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Pela frente com o Igarapé Cabeça de Porco, lado de cima, com terras devolutas do Estado; lado de baixo com terras ocupadas por Esmerindo Souza e pelos fundos com terras devolutas do Estado. O referido lote de terras mede 1.000 metros de frente por 2.000 metros de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquêl Município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1960.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 530 — 10, 26-12 e 6-1-61)

PIRES, CARNEIRO, S. A. Assembléia Geral Extraordinária — Convocação

Pelo presente edital, ficam convidados os Senhores Acionistas de Pires, Carneiro, S/A., para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no próximo dia 13 do corrente, 6a. feira, às 16 horas, em sua sede social, sita à Av. Serzedelo Corrêa n. 4 — Edifício Manoel Pinto da Silva, conjunto 402, nesta cidade de Belém, com fim de deliberarem acerca da matéria abaixo discriminada:

- 1) — preenchimento de cargos vagos na Diretoria;
- 2) — assuntos diversos de interesse da Sociedade.

Belém, 4 de janeiro de 1961.

— (aa) Dr. Oziel Rodrigues Carneiro, diretor superintendente; Sr. Osmar Pereira Simão, diretor industrial.
(Ext. — 6, 7 e 8/1/61)

EMPRESA DE MINERAÇÃO AMAZÔNIA (EMA), S/A. Assembléia Geral de Constituição 1.ª CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores subscritores do capital da "Empresa de Mineração Amazônia (EMA), S/A.", em organização, para a assembléia geral de constituição, que de-

verá realizar-se no dia 14 de janeiro do corrente ano, às 10,00 horas, à travessa São Pedro, n. 563, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Discussão e aprovação do projeto dos estatutos;
- b) Constituição da sociedade;
- c) Eleição dos membros da primeira Diretoria e do Conselho Fiscal;
- d) Fixação dos honorários e remunerações dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- e) O que ocorrer ligado aos interesses da sociedade.

Belém (Pa), 5 de janeiro de 1961.

Os fundadores: Paulita Duarte Maia, Henrique Montenegro Duarte, José Maria Antunes Maia.

(Ext. — Dias 6, 8 e 10/1/61)

RADIO DIFUSORA DO PARÁ, S.A.

Assembléia Geral Ordinária (CONVOCAÇÃO)

Pelo presente, convocamos os Senhores Acionistas de Rádio Difusora do Pará, S.A., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no próximo dia 12 do corrente, às 8 horas, na sede social da empresa, sito à Rua Santo Antônio, 97, nesta Capital, a fim de tratarem do seguinte:

- a) Aprovação do Balanço, conta de Lucros e Perdas e contas da Diretoria do ano de 1960.
- b) Eleição da Diretoria.
- c) O que ocorrer.

Belém, 3 de Janeiro de 1961.

(a) Dr. Pedro José Martin de Mello, Diretor-Presidente, em exercício.

(Ext. 4, 5, 10 e 12/1/61).

MARTINS MELO S/A INDUSTRIA E COMERCIO Assembléia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas de "Martins Melo S/A. Indústria e Comércio" a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social à Rua 15 de Novembro, 248, antigo 120, nesta cidade, às 16 horas do dia 5 de Janeiro de 1961, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre uma proposta da Direto-

ria aprovada pelo Conselho esta Assembléia.

Fiscal, concernente a:

- a) Aumento de Capital Social.
- b) Outros assuntos de interesse geral e pertinentes a

Belém, 28 de Dezembro de 1960.

(a) Martins Gomes, Presidente.

(Ext. — Dia 3 e 5/1/61).

ANÚNCIOS

SOCIEDADE CURTUME AMERICANO S. A.

Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Curtume Americano S. A., realizada em 15 de dezembro de 1960.

As dezessete horas do dia 15 do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta, na sede do Curtume Americano S. A., à Rua Belém n. 152, nesta capital, presentes a totalidade dos acionistas, conforme o livro de presença, foi aclamado presidente da assembléia o acionista Jorge Homci Neto, que convidou para secretariá-lo o acionista Alim Abras.

Declarada aberta a sessão, o sr. Presidente mandou ler o anúncio de convocação publicada no DIÁRIO OFICIAL dos dias 7, 8 e 9 do corrente, concebida nos seguintes termos: "Curtume Americano S. A. — Assembléia Geral Extraordinária — Convocação. — De acôrdo com o que prevê o art. 88, da Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que rege as Sociedades por ações, convidam-se os acionistas desta Sociedade Anônima, para a reunião de Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará dia 15 do corrente, às 17 horas, na sede social, à Rua Belém n. 152, a fim de tratar do aumento de Capital da Sociedade, e o que então ocorrer. — Belém, 6 de dezembro de 1960. — Nagib Jorge Homci, presidente da Diretoria".

Lido êsse anúncio, explicou o sr. Presidente da assembléia a finalidade da reunião, aliás, já contida no anúncio de convocação, e mandou o sr. secretário ler, a seguir, a exposição justificativa com que a Diretoria submetia aos srs. acionistas a proposta de aumento do capital social, o que faz nos termos prescritos pela lei supra, em seu art. 108, parágrafo único. Estava assim redigida a exposição:

Srs. acionistas: Um dos motivos porque se debate esta Diretoria, na angústia de numerário para manter em funcionamento normal a sua indústria, é a insignificância do capital instituído para a sociedade, que não proporciona margem de crédito nos Bancos, compatível com as necessidades da empresa. E não é, propriamente, que a empresa não tenha êsse capital. O que ocorre é que o valor escritural dos seus bens — Terreno e prédio; Maquinário, Instalações e Equipamento diverso — figuram na sua escrita por menos de uma quinta parte do que realmente valem hoje. E como a atual lei do Imposto de Renda, permite a correção de valores do imobilizado sem muito ônus para a empresa — cerca da metade apenas — vem esta Diretoria submeter à aprovação dos srs. acionistas, o aumento do capital social para quarenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 40.000.000,00) com a correção dos valores do imobilizado constantes das relações anexas, num total de vinte e quatro milhões trezentos e trinta e três cruzeiros (Cr\$ 24.333.000,00) e os restantes seiscentos e sessenta e sete mil cruzeiros (Cr\$ 667.000,00) integralizados em moeda corrente pelos acionistas Nagib Jorge Homci, duzentos e seis mil cruzeiros (Cr\$ 206.000,00); Jorge Homci Neto, duzentos e sessenta e um mil cruzeiros (Cr\$ 261.000,00); Evelyn Safadi Homci, cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) e Leila Xerfan Homci, cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00). Feito êste aumento, de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00), o capital social da sociedade fica em quarenta milhões de cruzeiros

(Cr\$ 40.000.000,00), recebendo o acionista Nagib Jorge Homci, pela correção de doze mil novecentos e sessenta e nove (12.969) ações novas, na proporção a que se refere o art. 113 da lei citada, que, com as 7.995 que já possuía, mais as 206 que integraliza, soma vinte e uma mil cento e setenta (21.170) ações; o acionista Jorge Homci recebe, na mesma proporção, 6.489 ações novas, que com as 4.000 que já possuía e as 261 que integraliza neste ato, totaliza 10.750 ações; a acionista Evelyn Safadi Homci recebe 3.244 ações novas, que com as 2.000 que já possuía e as 100 que integraliza neste ato, totaliza 5.344 ações; a acionista Leila Xerfan Homci recebe 1.621 ações novas, que com as 1.000 que já possuía e as 100 que integraliza neste ato, soma 2.721 ações; e os cinco acionistas Alim Abras, Dorian Manssour Xerfan, Lili Safadi Abras, Tufic Dib Homci e Antonio Dib Homci, recebem duas ações novas cada, que com a que já possuíam, soma 3 ações cada. Recapitulando: Nagib Jorge Homci, 21.170; Jorge Homci Neto, 10.750; Evelyn Safadi Homci, 5.344; Leila Xerfan Homci, 2.721; Alim Abras, 3; Lili Safadi Abras, 3; Dorian Manssour Xerfan, 3; Tufic Dib Homci, 3 e Antonio Dib Homci, 3 — Total 40.000.

Esta proposta vinha acompanhada do seguinte parecer do Conselho Fiscal.

Apreciando a proposta que a Diretoria do Curtume Americano S. A. apresenta aos srs. acionistas, dentro das nossas atribuições, e à vista das razões apresentadas, somos de parecer que ela deve ser aprovada sem restrições. Belém-Pará, 15 de dezembro de 1960. (aa) Paulo Rubio de Souza Meira, Henry Prince Bouez e Michel Salame.

A seguir passou o sr. Presidente a demonstrar aos presentes, quais eram os valores do imobilizado contabilizado até 31 de dezembro de 1958, e as correções que a lei permite em cada um, os quais segundo os demonstrativos submetidos à Delegacia Regional do Imposto de Renda, são os seguintes:

MAQUINISMOS E ACESSÓRIOS

Saldo da conta em 31/12/58	Varição da correção
6.061.872,20	17.192.481,30

IMÓVEIS

3.842.569,80	9.752.479,10
--------------	--------------

MÓVEIS E UTENSÍLIOS

258.219,90	1.033.114,70
------------	--------------

INSTALAÇÕES

598.300,30	2.389.186,50
------------	--------------

30.367.261,60

Assim, as correções dos valores escriturados do imobilizado da nossa sociedade, importam em Cr\$ 30.367.261,60 que, deduzido das variações das depreciações, Cr\$ 1.033.492,40 mais a valorização anterior sobre Maquinismos e Acessórios, de Cr\$ 5.000.000,00, proporcionam um líquido apropriável para aumento de capital de Cr\$ 24.333.768,20. Daí, a proposta desta Diretoria para aumentarmos o capital da sociedade de Cr\$ 15.000.000,00 para Cr\$ 40.000.000,00, conforme detalhado na nossa proposta submetida ao parecer do Conselho Fiscal.

A seguir o sr. Presidente submeteu à votação a proposta de aumento de capital da sociedade, tendo a assembleia se manifestado pela aprovação plena e nos termos propostos, autorizando-se a Diretoria a fazer a alteração do art. 46 dos Estatutos que passam a ter a seguinte redação:

Art. 4.º O capital social, todo realizado é quarenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 40.000.000,00), de que quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00) subscritos e integralizado inicialmente, em 15.000 ações de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada; vinte e quatro milhões trezentos e trinta e três mil cruzeiros (Cr\$ 23.333.000,00) ou sejam

24.333 ações de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada, provenientes da correção contábil de valores do ativo imobilizado da empresa, e adjudicadas aos acionistas na proporção das ações que subscreveram primitivamente conforme determina a lei, assim: Nagib Jorge Homci, 12.969; Jorge Homci Neto, 6.489; Evelyn Safadi Homci, 3.244; Leila Xerfan Homci, 1.621; Alim Abras, 2; Lili Safadi Abras, 2; Dorian Manssour Xerfan, 2; Tufic Dib Homci, 2; e Antonio Dib Homci, 2; total — 24.333; e Cr\$ 667.000,00 subscritas e integralizadas em dinheiro corrente pelos acionistas: Nagib Jorge Homci, 206 ações; Jorge Homci Neto, 261 ações; Evelyn Safadi Homci, 100 ações e Leila Xerfan Homci, 100 ações. Total das 40.000 ações por acionistas:

Nagib Jorge Homci	21.170
Jorge Homci Neto	10.750
Evelyn Safadi Homci	5.344
Leila Xerfan Homci	2.721
Alim Abras	3
Lili Safadi Abras	3
Dorian Manssour Xerfan	3
Tufic Dib Homci	3
Antonio Dib Homci	3
Total:	40.000.

Também sobre esta redação a assembleia se manifestou pela aprovação integral, ficando assim o art. 40. dos estatutos desta Sociedade Anônima com a redação supra.

Nada mais havendo a tratar, mandou o sr. Presidente lavrar a presente ata que, lida e aprovada, vai por todos assinada, aos 15 dias do mês de dezembro de 1960, em Belém-Pará.

Belém, 15 de dezembro de 1960.

Jorge Homci Neto

Nagib Jorge Homci

Evelyn Safadi Homci

Leila Xerfan Homci

Lili Safadi Abras

Dorian Manssour Xerfan

Tufic Dib Homci

Antonio Dib Homci

Alim Abras

ALFANDEGA DE BELÉM

Foi pago na primeira via, pela verba n. 5.888, o imposto do selo proporcional no valor de Cr\$ 200.000,00. Processo n. 13.714. 2a. Sec., 23 de dezembro de 1960. (assinatura ilegível) encarregado do selo.

Cr\$ 3.000,00. — Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de três mil cruzeiros. Recebedoria, 26 de dezembro de 1960. O funcionário, (ilegível).

Reconheço verdadeiras as firmas retro de Jorge Homci Neto, Nagib Jorge Homci, Evelyn Safadi Homci, Leila Xerfan Homci, Lili Safadi Abras, Dorian Manssour Xerfan, Tufic Dib Homci, Antonio Dib Homci e Alim Abras.

Belém, 24 de dezembro de 1960. Em testemunho EFL da verdade. — (a) **Eduardo de Freitas Leite**, tabelião substituto.

JUNTA COMERCIAL DO PARÁ

Esta Ata em 4 vias foi apresentada no dia 26 de dezembro de 1960 e mandada arquivar por despacho do Diretor no dia 28 do mesmo, contendo 4 folhas de ns. 2793/96 que vão por mim rubricadas com o apelido Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1.102. E para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, segundo oficial, fiz a presente nota.

Junta Comercial do Pará, em Belém, 28 de dezembro de 1960. — **Carmen Celeste Tenreiro Aranha**, 2o. oficial, resp. pela Diretoria.

(Ext. — Dia 6/1/61)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Justiça

ESTADO DO PARA

NUM. 5.277

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1961

ANO XXIII

ACÓRDÃO N. 555

Agravo da Capital

Agravante — Aranha Raichel & Cia.

Agravado — Dacier Lobato & Irmãos.

Relator — Desembargador Brito Farias.

EMENTA: — A soma dos prazos de contrato sucessivos de locação de prédios destinados a fins comerciais ou industriais, para efeito de perfazer o prazo mínimo necessário à interposição da competente ação renovatória do contrato, na firma do exigido pelo art. 20, letra b), do Decreto-lei n. 24.150 de 20 de abril de 1934 constitui tese a muito consagrada pela jurisprudência pacífica dos Tribunais do País, notadamente do Supremo Tribunal Federal. Assim sendo, não é possível julgar-se carecedor do direito à interposição de tal ação, o locatário que exibe contratos dessa natureza, como comprovantes da computação do prazo mínimo preciso para o exercício dessa ação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo da Comarca da Capital, em que são partes como agravante Aranha Raichel & Cia., e como agravado, Dacier Lobato & Irmãos:

Verifica-se pelos que consta dos autos, que Aranha Raichel & Companhia, firma comercial estabelecida nesta praça de Belém, à Trav. 7 de Setembro, ns. 64/68, por seu representante legal, por intermédio de procurador judicial, com base nas disposições do Decreto n. 24.150 de 20 de abril de 1934, que regula as renovações de locações destinadas a fins comerciais, propôs em data de 28 de dezembro de 1959, perante o Juiz de Direito da 30. Vara da Comarca desta Capital, Dr. Olavo Guimarães Nunes, Ação Cível renovatória de contrato de locação, para fins comerciais contra a firma comercial Dacier Lobato & Irmãos, proprietário do prédio sob os ns. 64/68, sito à Trav. 7 de Setembro, nesta Capital, em qual, tem ela autora instalado o seu estabelecimento comercial, como locatária que é da parte do mesmo destinada à utilização para fins comerciais, ininterruptamente, desde o dia 10. de setembro de 1951, isto através de dois con-

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

tratos sucessivos e escritos, o primeiro pelo prazo de quatro anos, e o segundo pelo prazo de quatro anos e dez meses, prazo esse que deveria expirar no dia 2 de julho do ano de 1960 corrente, sendo o aluguel conveniado de Cr\$ 8.000,00 cujo pagamento vem sendo satisfeito pontualmente, a par da rigorosa observância que vem dando à obrigação constante de determinada cláusula do contrato, no sentido de ser o prédio locado, mantido em boa conservação, tanto interna, como externamente.

E na defesa de sua pretensão salienta a autora que a circunstância de o prazo do primeiro contrato ter sido de quatro anos, e o contrato em vigor ser de quatro anos e dez meses, ambos portanto inferiores a cinco anos não prejudica a propositura da referida ação, dado que é jurisprudência pacífica que, para o exercício da ação renovatória somam-se os prazos de contratos sucessivos, como passa a demonstrar com a citação e transcrição de ementas de Acórdãos de Tribunais e de decisões de Juizes do Estado de S. Paulo, do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, bem como de arestos do Supremo Tribunal Federal, que constituem, aliás, jurisprudência torrencial, invariável e, assim, obrigatória, razão por que conclui por pedir a citação da ré para responder aos termos da ação renovatória de contrato de locação, com base na proposta por si oferecida, nestas condições:

PROPOSTA. — Cláusula primeira: (como no contrato em vigor). — Cláusula segunda: A locação é feita pelo prazo de 5 anos, a começar do dia 2 de julho de 1960 a expirar no dia 10. de julho de 1965. — Cláusula terceira: A locatária pagará à locadora a renda mensal de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00), até o dia cinco do mês seguinte ao vencido. — Cláusula quarta: (como no contrato em vigor). — Cláusula quinta: (como no contrato em vigor). — Cláusula sexta: (como no contrato em vigor). — Cláusula sétima: (como no contrato em vigor). — Cláusula oitava: (como no contrato em vigor).

Juntou a autora a inicial, o

trasmisso da procuração outorgada a seu advogado e as duas vias dos mencionados contratos de locação devidamente formalizados, bem como um (1) recibo de aluguel do prédio em litígio.

Citada a ré, veio ela com a sua contestação de fls. 13 a 23, por meio da qual argui de início a preliminar consistente no fato de ser si alegado de ser a autora carecedora do direito de ação, por desamparada do art. 20, letra b), do Decreto n. 24.150, que dispõe expressamente: — "O prazo mínimo da locação a renovar, deve ser de cinco (5) anos", — o que, diz constituir, portanto, requisito essencial ao exercício da ação, na sustentação de cuja preliminar cita opiniões de comentaristas do supra mencionado Decreto, bem como decisões dos Tribunais do País, defensores da tese por si aditada, concernente à inadmissibilidade da soma dos prazos de locações inferiores a cinco anos, para o fim de vir a perceber o mínimo de cinco anos de locação contínua e ininterrupta.

A seguir argui a preliminar referente ao fato de não ter a autora feito prova de que estivesse na exploração de seu comércio, no mesmo ramo pelo prazo mínimo de três anos, segundo a exigência taxativa e expressa contida no art. 20, letra c), do Decreto 24.150, utilizando-se dessa exigência essencial ao exercício da ação e sua prova deve ser feita com a petição inicial, e que não fez a autora.

Quanto ao mérito, antepõe-se a ré à pretensão da autora, com a arguição do direito que diz lhe assistir, de pedido de retomada do prédio, com base no art. 80, letra d), do Decreto n. 24.150 para o que teria contratado os serviços de um engenheiro para elaboração do orçamento e feitura da planta, feito o que foi o projeto levado ao Departamento Municipal de Engenharia que aprovou e forneceu o competente alvará, de que diz ter dado conhecimento prévio à autora.

E prosseguindo, ao referir-se ao aluguel de Cr\$ 8.000,00 oferecido pela autora, declara ser o mesmo ridículo, por não atender ao valor real do imóvel, para afinal concluir afirmando ser incoerente a sua razão da autora

direito de ação, bem como porque ainda que tal não ocorresse e, ao mérito, teria a contestante a tempo à sua pretensão o direito que diz lhe caber, de pedir o prédio para fazer obras, objetando melhores rendimentos.

Juntou a ré ao seu arrazoado contestatório, o alvará e a planta a que alude em o mesmo.

As fls. 27 verso, falou a autora, sobre a contestação da ré para logo a seguir serem os autos conclusos ao Meretíssimo Juiz da causa que tomando conhecimento dessa contestação, resolveu de início acolher a primeira preliminar arguida pela mesma, para, em consequência, julgar a autora carecedora do direito de ação por desamparada pelo art. 20, letra c), do Decreto 24.150, de 20 de abril de 1934, que dispõe expressamente sobre a exigência do prazo mínimo de cinco anos de locação, do contrato a renovar, como requisito essencial ao exercício da ação renovatória do contrato de locação para fins comerciais ou industriais, de vez que não admitira o Meretíssimo Juiz "a quo" a soma dos prazos dos contratos sucessivos de locação em que a autora baseara a interposição de sua ação, em virtude de cuja soma lhe fôra possível provar vir mantendo há mais de cinco anos, de modo ininterrupto, a locação de que é titular, como locatária do prédio de propriedade da ré.

Não conformada com tal decisão, agravou de petição a autora para este Egrégio Tribunal, com apóio no art. 846 do Código de Processo Civil sustentando esse seu recurso com o arrazoado que expende de fls. 32 e 33, instruído de onze (11) recibos de pagamento do aluguel do prédio em litígio, por meio de cujo arrazoado pleiteia a reforma da decisão agravada, tendo sido ato contínuo tramitado o agravo pela ré, como se vê de seu respectivo arrazoado constante de fls. 46 a 48, com a qual defende o acerto e a juridicidade da decisão agravada.

Isto posto, cumpre agora entrar-se na apreciação das provas produzidas e das razões expendidas pelas partes contendoras, para poder ter então lugar o final pronunciado julgador desta Egrégia Segunda Câmara Cível sobre o recurso de agravo de petição proposto.

Com o acolhimento havido por parte do Meritíssimo Juiz "a quo"

EDITAIS — JUDICIAIS

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Luiz de Gonzaga Martins Rodrigues e Fildany Gonçalves Lobo, ele solt., nat. do Pará, procista, filho de Waldemar Bentes Rodrigues e Elvira Martins Rodrigues, ela solt., nat. do Pará, prof. normalista, filha de Candido da Costa Lobo e Fildany Gonçalves Lobo, res. nesta cidade. José Amaro Filho e Cleide de Oliveira Pimentel, ele solteiro, natural da Bahia, militar, filho de José Amaro dos Santos e Maria Clara dos Santos, ela solteira, natural do Pará, doméstica, filha de Cecília de Oliveira Pimentel, residente nesta cidade. Arnaldo de Souza e Silva e Maria da Solidade Almeida do Rêgo, ele solteiro, natural do Pará, enfermeiro, filho de Merandolino Antonio da Silva e Maria de Souza e Silva, ela solteira, natural do Pará, doméstica, filha de Raimundo Jeronimo do Rêgo e Eulalia Almeida do Rêgo, res. nesta cidade. Romão Amoedo Netto e Maria de Lourdes Matos Palheta, ele solt., nat. do Pará, func. federal, filho de André Amoedo e de Dona Cecília do Vale Barros Amoedo, ela solt., nat. do Pará, comerciária, filha de Tertuliano José Palheta e Antonia Augusta de Melo Matos Palheta, res. nesta cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei, em devida forma, se alguém souber de impedimentos, denuncie-o para fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 4 de janeiro de 1961. E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, oficial substituto de casamentos nesta capital, assino. — Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 686 — 6 e 12-1-60)

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Francisco Soutello da Costa Filho e Analia Carvalho de Souza, ele solt., nat. do Pará, comerciante, filho de Francisco Duarte da Costa e Fortunata Soutello da Costa, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de Antonio Moreira de Souza e Raquel Moreira de Sousa, res. nesta cidade. Orlando Cordeiro de Miranda e Celina Serra de Moraes Rêgo, ele solt., nat. do Pará, funcionário federal, filho de Olavo Cordeiro de Miranda e Josepha da Silva Miranda, ela solt., nat. do Pará, func. estadual, filha de Thomaz Santos de Moraes Rêgo e Palmira Serra de Moraes Rêgo, res. nesta cidade. Levi Camara Nogueira e Jurema Vasconcelos de Lima, ele solt., motorista, nat. do Rio de Janeiro, onde reside, filho de Fernando Peixoto Nogueira e Maria Eulalia Camara Nogueira, ela solt., nat. do Pará, comerciária, filha de Lutero Christophoro de Lima e Isabel Vasconcelos de Lima, res. nesta cidade. Fernando de Almeida Ferreira e Maria Benedita Gadelha da Silva, ele solt., nat. do Pará, ferreiro, filho de João de Souza Ferreira e Lucila de Almeida Ferreira, ela solt., nat. do Pará, doméstica, filha de Raimundo Gadelha da Silva e Nair Gadelha da Silva, res. nesta cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei, se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Belém,

aos 4 de janeiro de 1961. E eu, Francisco Gemaque Tavares Junior, oficial subs. desta capital, assino. — Francisco Gemaque Tavares Junior.

(T. 685 — 6 e 12-1-61)

COMARCA DA CAPITAL

LEILÃO PÚBLICO JUDICIAL

O Doutor Olavo Guimarães Nunes, Juiz de Direito da 3a. Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil.

Faz saber aos que o presente Edital, com o prazo de dez dias, virem ou dêle, conhecimento tiverem que no dia dez (10) de janeiro vindouro, as dezesseis (16) horas no local sito à Avenida José Bonifácio, em terreno do 11 Bandeirinhas, onde está instalado o Cine Imperial, irá a público pregão de venda e arrematação, os bens abaixo descritos, penhorados para garantir o pagamento do pedido e demais despesas judiciais decorrentes da ação Executiva que Raimundo de Oliveira move contra João da Silva Vilaça e sua mulher Maria do Perpetuo Socorro de Castro Silva Vilaça, a saber: — Uma máquina Projetora "Deorai", em pleno funcionamento, avaliado em Cr\$ 40.000,00; um amplificador de som no estado, avaliado em Cr\$ 30.000,00 e um projetor de som, no estado, avaliado em Cr\$ 10.000,00, no total de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

Quem pretender arrematar os bens acima mencionados, deverá comparecer no dia, hora e local acima descritos, para o fim de dar seu lance ao preposto leiloeiro Libero Luxardo, que aceitará o de quem mais oferecer sobre a avaliação.

O comprador pagará à banca, o preço de sua arrematação, bem como as comissões do leiloeiro, escrivão e porteiro, custas de arrematação e a respectiva Carta de Arrematação.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém alegue ignorância, será o presente edital publicado no DIÁRIO DE JUSTIÇA e jornal de grande circulação e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta. Eu, João Afonso de Souza Monarcha, escrevente juramentado, o datilografei e subscrevi no impedimento eventual da escrivã do cartório do 30. Ofício desta Capital. (a.) OLAVO GUIMARÃES NUNES Juiz de Direito da 3a. Vara Cível.

(Dia — 6-1-61)

COMARCA DA CAPITAL Hasta Pública

O Doutor Roberto Cardoso Freire da Silva, Juiz de Direito da 1a. Vara da Comarca da Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, etc.

Faz saber aos que o presente edital de venda em hasta pública, virem ou dêle tiverem conhecimento, que no dia 19 de janeiro vindouro, às 10 horas, à porta da sala das audiências do Juízo de Direito da Primeira Vara,

e arrematação em hasta pública os seguintes bens penhorados na ação executiva que Alberto Ferreira e outro, movem contra a herança de Julião Alves Monteiro: — Uma casa, sita à avenida José Bonifácio, coletado sob o número 910, nesta cidade, coberta com palhas e telhas de barro, paredes de enchimento, tendo três portas e duas janelas de frente; possuindo no seu interior: uma sala, cimentada e forrada; uma sala assoalhada com cupiúba, sem forro; dois quartos, uma sala e uma saleta cimentadas, sem forro; um quarto pequeno, cimentado, sem forro; imóvel este avaliado em Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros). Terreno edificado e coletado sob o número 887, sito à avenida José Bonifácio, nesta cidade, medindo cinco metros e vinte e sete centímetros de frente por trinta metros e setenta centímetros de fundos, contendo uma barraca com as características seguintes: construção antiga, coberta com palhas, paredes de enchimento; com três portas de frente, existindo no seu interior: uma sala com divisão e, assoalhada com cupiúba; em mau estado de conservação, avaliada em Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). Uma barraca, situada à travessa Silva Castro, coletada sob o número 60, nesta cidade, coberta com palhas e telhas de barro; paredes de enchimento; uma porta e duas janelas de frente; contendo no seu interior: duas salas, corredor e um quarto, assoalhado com cupiúba; um quarto, varanda e cozinha de chão batido; um banheiro e sanitário externo, sendo o primeiro assoalhado e o segundo cimentado, avaliado referido imóvel em Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros). Uma barraca, sita à travessa Silva Castro, coletada sob o número 62, coberta com palhas; paredes de enchimento, com uma porta e uma janela de frente e no seu interior: uma sala, dois quartos e cozinha de chão batido; banheiro e sanitários externos e assoalhados, avaliado em Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros). Uma barraca situada à travessa Silva Castro e coletada sob o número 64, nesta cidade, construção tipo chalé, coberta com palhas, paredes de enchimento; com uma porta e duas janelas de frente; contendo no seu interior: uma sala, corredor e cinco quartos, assoalhados com cupiúba, sanitário externo e em ruínas, avaliada em Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros). Uma barraca, sita à travessa Silva Castro, coletada sob o número 51, coberta com palhas; paredes de enchimento; uma porta e uma janela de frente e no seu interior: uma sala, dois quartos, corredor e cozinha, assoalhados com cupiúba, banheiro e sanitário externos e assoalhados, avaliada em Cr\$ 40.000,00. Importa o montante global das avaliações em Cr\$ 320.000,00. Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima designados, a fim de dar seu lance ao porteiro dos auditórios, devendo ser aceito o de quem mais der sobre as avaliações. O comprador pagará à banca o preço da arrematação, comissões de um e meio por cento e três por cento ao porteiro e escrivão respectivamente, custas, inclusive carta. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado pela imprensa e afixado no lugar do costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 30 de dezembro de 1960. Eu, Amílcar Camara Leal, escrivão interino, escrevi.

Roberto Cardoso Freire da Silva, Juiz de Direito.

(Dia — 6/1/61)

COMARCA DA CAPITAL

Leilão Público Judicial

O Doutor Raimundo Guilhon de Oliveira, Juiz de Direito da 6a. Vara, da Comarca da Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dêle tiverem conhecimento que no dia 10 do mês de janeiro próximo vindouro, à porta da sala dêste Juízo, às dez (10) horas, pelo leiloeiro judicial, irá a público pregão de venda e arrematação em leilão público judicial, o seguinte bem penhorado ao Sr. Deocleciano Bendochi Alves na ação executiva que lhe move Esso Brasileira de Petróleo S. A. — Navio "Senhor do Bonfim", casco de aço, para pequena cabotagem, deslocando 1362 toneladas brutas, 768 toneladas líquidas, máquina alternativa de tríplice expansão, com 1300 H.P. de força, comprimento do navio duzentos e vinte e sete pés (227); boca trinta e três e sete pés (33,7); pontal duzentos e trinta e sete (237), em regular estado de conservação aparente. Quem pretender arrematar o referido bem, deverá comparecer no dia hora e lugar acima referidos, a fim de dar o seu lance ao leiloeiro judicial, devendo ser aceito o de quem mais oferecer que é de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros). Caso não haja licitantes, será aceito o maior lance oferecido. O comprador pagará à banca o preço da arrematação, comissões do escrivão, porteiro e leiloeiro, custas e a Carta de Arrematação. E para que chegue ao conhecimento de todos, será o presente publicado pela imprensa e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 15 dias do mês de dezembro de 1960. Eu, Antonio Ismael de C. Sarmento, escrevente juramentado no impedimento eventual da escrivã o escrevi.

(a.) Raimundo Guilhon de Oliveira, Juiz de Direito da 6a. Vara.

(Ext. — 6/1/61)



ESTADO DO PARÁ

Diário da Assembléia

ESTADO DO PARÁ

ANO IX

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1961

NUM. 1.206

TÍTULO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em cumprimento do plenário,

RESOLVE:

Conceder à Raimundo Carlos da Pascoa Lorêto, ocupante do cargo de "Servente", lotado na Secretaria desta Assembléia, seis (6) meses de licença especial a que tem direito, de acordo com o art. 116 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e dos Municípios, a partir de 10. de janeiro a 30 de junho de 1961.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Belém, 22 de dezembro de 1960.

Ney Rodrigues Peixoto

Presidente

A. Martins

1.º Secretário

João Viana

2.º Secretário

RESOLUÇÃO N. 20

Abre o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para ocorrer às despesas com a delegação desta Assembléia.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00) para ocorrer às despesas com a delegação desta Assembléia às cerimônias da posse do Dr. Janio Quadros no cargo de Presidente da República.

Art. 2.º As despesas oriundas da presente Resolução correrão à conta dos recursos disponíveis do Estado.

Art. 3.º Só será usado o presente crédito especial se esta Casa for convidada para a posse do Presidente Janio Quadros e Vice-Presidente João Goulart.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, em 28 de dezembro de 1960.

Ney Rodrigues Peixoto

Presidente

Avelino Martins

1.º Secretário

João Vianna

2.º Secretário

RESOLUÇÃO N. 21

Elevar de Cr\$ 12.000,00 para Cr\$ 40.000,00 a representação mensal dos Deputados e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1.º Fica elevada de doze

mil cruzeiros (Cr\$ 12.000,00) para quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 40.000,00) mensais a representação dos Srs. Deputados instituída em Resolução vigente.

Art. 2.º São fixadas as representações mensais de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00) e de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) para os deputados que exercerem os cargos de 1.º Vice-presidente e 1.º Secretário, respectivamente, eleitos em pleito regular pela Assembléia.

Art. 3.º Para cobertura das despesas desta Resolução, fica aberto o crédito especial de quinze milhões novecentos e setenta e dois mil cruzeiros (Cr\$ 15.972.000,00) no exercício financeiro de 1961, o qual correrá à conta dos recursos disponíveis do Estado.

Art. 4.º Os benefícios objeto desta Resolução serão gozados a partir de 1.º de janeiro de 1961.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 28 de dezembro de 1960.

Ney Rodrigues Peixoto

Avelino Martins

Presidente

1.º Secretário

João Vianna

2.º Secretário

RESOLUÇÃO N. 22

Concede abono aos funcionários da Secretaria desta Assembléia.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1.º Fica concedido aos funcionários da Secretaria da Assembléia Legislativa, um abono provisório na importância de Cr\$ 2.900,00, inclusive contratórias.

Art. 2.º Aos funcionários aposentados, será concedido 2/3 do que se refere o art. 1.º desta Resolução.

Art. 3.º Para correr as despesas constantes da presente Resolução, fica aberto o crédito especial de um milhão novecentos e quarenta e oito mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 1.948.800,00), o qual correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Estado, no exercício de 1961.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 1961, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, 29 de dezembro de 1960.

Ney Rodrigues Peixoto

Presidente

Avelino Martins

1.º Secretário

João Vianna

2.º Secretário

RELATÓRIO: — "Em ofício n. 1251-60, de 7-12-60, o sr. diretor da Divisão de Organização e Orçamento do Departamento do Serviço Público, remeteu para registro o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, destinado à Feira Nacional da Amazônia, a ser realizada nesta capital. A Lei n. 2079, de 30-11-60, que autoriza a abertura do referido crédito, foi publicada no DIÁRIO OFICIAL de 1-12-60 (fls. 3 dos autos). E o decreto governamental n. 3284, de 6-11-60, que a complementou, consta do D. O., de 7-12-60 (fls. 2 dos autos). A Procuradoria se manifestou nos autos, consoante fls. 5. E o Relatório.

VOTO

Faça-se o registro competente, na forma da Lei.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia."

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator."

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Deiro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Mário Nepomuceno de Souza

Ministro Presidente

Augusto Belchior de Araújo

Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3607

(Processo n. 8292)

Requerente: — Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos legais, o decreto n. 3246, de 11 de novembro recém-findo, que retifica o decreto n. 573, de 18 de junho de 1950, que reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado Osma Cordovil da Conceição "para promovê-lo ao posto de 3.º sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de nove mil quinhentos e vinte e seis cruzeiros (Cr\$

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**ACÓRDÃO N. 3609**

(Processo n. 8391)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, diretor geral da Divisão de Organização e Orçamento, do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Vistos, discutidos e relatados os presentes autos, em que o sr. Diretor da Divisão de Organização e Orçamento do Departamento do Serviço Público, enviou a registro, neste Tribunal, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), como contribuição do Estado à Feira Nacional da Amazônia, a se realizar em Belém, aberto pelo Decreto governamental n. 3284, de 6-12-60, publicado no D. O. de 7-12-60, em conse-

quência da autorização contida na Lei 2079, de 30-11-60 (D. O. de 1-12-60), tendo a remessa sido feita em ofício n. 1251-60, de 7-12-60, recebido na mesma data, sob o n. 721, às fls. 141, do Livro II, como tudo dos autos consta: Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir o registro solicitado.

Belém, 9 de dezembro de 1960. — (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator —

9.526,00) mensais, ou sejam cento e quatorze mil trezentos e dois cruzeiros (Cr\$ 144.312,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último, feita a remessa do expediente através do ofício n. 209, de 16 de novembro transato, quando foi protocolado sob o n. 669, a fls. 134, do Livro n. 2.

Acordam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de ser especificado e contado em dôbra, nos autos, o tempo em que o requerente serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 10. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, e devidamente retificados, no decreto governamental, os respectivos proventos, nos termos do subsequente voto do exmo. sr. ministro relator.

Belém, 13 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— José Maria de Vasconcelos Machado, Ministro Relator.
— Augusto Belchior de Araújo, Relator designado para lavrar o Acórdão.
— Sebastião Santos de Santana, Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator.
RELATÓRIO: "Com o ofício n. 209, de 16 de novembro transato, o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, encaminhou a esta Corte de Contas, para julgamento e consequente retificação, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1846, de 12 de fevereiro de 1959, o decreto n. 3242, de 11 de novembro em apêço, que retificou o decreto n. 573, de 18 de junho de 1958, e reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado Osmar Cordovil da Conceição.

Recebido e protocolado ainda a 26, este expediente foi convertido no processo n. 3292, ora em julgamento, de que consta, além do mais, a seguinte documentação: requerimento do reformado, com data de 3 de setembro de 1959, solicitando promoção ao posto de 2o. sargento, na conformidade da Lei n. 1524, de 4 de março de 1954; certidão da Secretaria do Comando Geral da P.M.E., atestando, para o interessado, 10 anos de serviço, 3 dos quais na qualidade de corporação e 1 no Exército Nacional, anos estes compreendidos entre 17 de março de 1953 e 18 de maio de 1959; informação do referido Comando Geral, favorável à promoção do requerente de acordo com a invocada Lei n. 1524, arbitrando-lhe os consequentes proventos anuais em Cr\$ 114.312,00 e parecer da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público opinando pelo deferimento do pedido do inativo, que afirma amparado na Lei n. 1524.

Armadados estes documentos, o exmo. sr. general Governador do Estado baixou o seguinte decreto:

"DECRETO N. 3246 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1960

Retifica o Decreto n. 573, de 18 de junho de 1958, que reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado Osmar Cordovil da Conceição.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política do Estado e tendo em vista o que

consta do Processo número 0358/59/PET — SU.

DECRETA:

Art. 1o. Fica retificado o Decreto n. 573, de 18 de junho de 1958, que reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado Osmar Cordovil da Conceição para promovê-lo ao posto de 3o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1954 e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de nove mil quinhentos e vinte e seis cruzeiros (Cr\$ 9.526,00) mensais, ou sejam cento e quatorze mil trezentos e dois cruzeiros (Cr\$ 144.312,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último.

Art. 2o. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de novembro de 1960.

(aa.) Moura Carvalho, Governador do Estado. — Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça.

Como é evidente, o presente processo teve instrução, pronunciamentos e resultados idênticos aos de n. 3150, o primeiro apreciado neste T. C. sobre a matéria, do qual, aliás, fui o relator, e cujo julgamento, realizado a 21 de outubro último, gerou o Acórdão n. 3507, perfeitamente aplicável, em suas considerações e conclusões, à espécie "sub judice", inclusive no que concerne ao "quantum" dos proventos atribuídos, para cuja retificação opinou a Sub-Procuradoria, em 25 de novembro recém-lido, pela conversão do julgamento em diligência.

Tais proventos, realmente, fixados em Cr\$ 114.312,00, não correm na plenitude do direito do interessado que, à luz da lei orçamentária vigente, da jurisprudência específica deste T. C. da prova dos autos, faz jus, anualmente, a Cr\$ 114.787,20, "13.000,00 de vencimento, Cr\$ 78.000,00 de vencimento, Cr\$ 14.640,00 de 366 etapas fixas de Cr\$ 40,00, Cr\$ 4.392,00 de quantitativo de fardamento na proporção de 30% sobre essas etapas e Cr\$ 7.320,00 de 366 etapas suplementares, a Cr\$ 20,00, somando tudo Cr\$ 104.352,00, por vez atenuados de Cr\$ 10.435,20 correspondentes aos respectivos 10% de adicional pelos 10 anos de serviço atestados a favor do reformado pela referida certidão anexa ao processo, que não especifica nem conta em dôbra o tempo em que, conforme governam o Comando Geral da P.M.E. e a Consultoria Jurídica do D.S.P. e o próprio Governo do Estado em seu despacho do deferimento, o interessado serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 10. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1953, o que, todavia, como já reiteradamente decidido por esta Corte de Contas, é mister fazer-se para o exato cumprimento da invocada Lei n. 1524.

E o Relatorio.

VOTO
"Face ao exposto no relato de 18 de junho de 1958, que no, converto o presente julgamento em diligência junto ao Executivo, para:

a) especificar-se devidamente, nos autos, o tempo em que o reformado serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 10. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, em-

tando-se em dôbra tal tempo de serviço, "ex-vi" da Lei n. 1524, de 4 de março de 1959, e

b) retificarem-se-lhe os proventos atribuídos no decreto de 11.2 para Cr\$ 114.787,20, a saber: 78.000,00

366 etapas fixas a Cr\$ 40,00	14.640,00
Quantitativo de fardamento (30% sobre estas etapas)	4.392,00
366 etapas suplementares, a Cr\$ 20,00	7.320,00
Soma	104.352,00
Adicional por tempo de serviço (10% sobre esta)	10.435,20
Total	Cr\$ 114.787,20

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Meu voto se divide em duas partes: 1) — restou de pleno acordo com S. Excia. o sr. Ministro relator, quanto à retificação dos proventos; 2) — deve constar na certidão que faz parte do processo e tempo em dôbra, de acordo com o que a Lei n. 1524, de 4-3-59.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator.

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Acompanho S. Excia. o sr. ministro relator.

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator.

Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.

José Maria de Vasconcelos Machado, Relator.

Augusto Belchior de Araújo, Lindolfo Marques de Mesquita, Sebastião Santos de Santana, Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3608 (Processo n. 3292)

Requerente: — Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator vencido em parte: — Exmo. sr. ministro Augusto Belchior de Araújo.

Relator designado para lavrar o Acórdão (letra g, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.): — Exmo. sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeten para registro deste Tribunal o decreto n. 3242, de 11-11-60, que retifica o de n. 40, de 22-2-44, que reformou o 1o. sargento da Polícia Militar do Estado Júlio Pereira Domicil, "para promovê-lo ao posto de 2o. tenente, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1954 e reformá-

do no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 15.350,00 (quinze mil trezentos e cinquenta cruzeiros mensais, ou sejam, Cr\$ 184.200,00 (cento e oitenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último", tendo a remessa sido feita em ofício n. 209, de 1-11-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. 669, às fls. 134, do Livro n. 2, como tudo dos autos consta.

Acordam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará,

em arte, o exmo. sr. ministro relator Augusto Belchior de Araújo na forma exposta em seu pronunciamento, converter o seu pronunciamento, a fim de que o digno chefe do Poder Executivo, em novo acto, obser-

ve:

I — Se o reformado Júlio Pereira Domicil serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42, comprovado mediante certidão do Comando da Polícia Militar, seja-lhe contado em dôbro esse tempo de serviço;

II — A luz da lei orçamentária vigente e na própria hierarquia estabelecida no art. 19 da Lei n. 207, de 30-12-49, o posto imediatamente superior ao de 1o. sargento é o de sub-tenente. Pelo decreto presente a este Tribunal, o reformado 1o. sargento é logo promovido a 2o. tenente. Faça-se a retificação devida, considerando-se essa circunstância para a fixação dos proventos, que devem ser os seguintes, se provada a prestação de serviço na zona de guerra de que fala a Lei n. 1524, de 4-3-58:

Vencimentos fixos de sub-tenente	96.000,00
Quantitativo para fardamento anual	24.000,00
366 etapas, anuais, a razão de Cr\$ 45,00	16.470,00
	136.470,00
20% de adicional por tempo de serviço	27.294,00
	Cr\$ 163.764,00

Belém, 13 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— Augusto Belchior de Araújo, Relator vencido, em parte — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator designado para lavrar o Acórdão (letra g, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.) — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator — de 16-11-60, o sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, digno Secretário do Interior e Justiça, requereu, em nome do Governo do Estado, registro para o decreto n. 3242, retificando o de n. 40, de 22-2-44 que reformou o 1o. sargento Júlio Pereira Domicil, da P.M.E. Esse expediente está protocolado em data de 16-11-60, no Livro n. 2, às fls. 134, da Secretaria do T. C.

Deu motivo a esse acto governamental o processo administrativo iniciado perante o Governo do Estado, anexo aos autos, fls. 3. deste processo, cuja petição do interessado, transcrevo "ipsis litteris", de fls. 6.

"Exmo. sr. General Governador do Estado.

1 — Júlio Pereira Domicil, sargento ajudante reformado da Polícia Militar, por Decreto n. 40, de 22 de fevereiro de 1944, achando-se com direito à promoção ao posto de 2o. tenente e respectivos proventos em face da lei estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18720, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembléia" n. 849, da mesma data, e ainda republicada no DIÁRIO OFICIAL n. 19990, de 6 de março de 1959, na parte "Diário da As-

sembleia".

II — A luz da lei orçamentária vigente e na própria hierarquia estabelecida no art. 19 da Lei n. 207, de 30-12-49, o posto imediatamente superior ao de 1o. sargento é o de sub-tenente. Pelo decreto presente a este Tribunal, o reformado 1o. sargento é logo promovido a 2o. tenente. Faça-se a retificação devida, considerando-se essa circunstância para a fixação dos proventos, que devem ser os seguintes, se provada a prestação de serviço na zona de guerra de que fala a Lei n. 1524, de 4-3-58:

Vencimentos fixos de sub-tenente	96.000,00
Quantitativo para fardamento anual	24.000,00
366 etapas, anuais, a razão de Cr\$ 45,00	16.470,00
	136.470,00
20% de adicional por tempo de serviço	27.294,00
	Cr\$ 163.764,00

Belém, 13 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— Augusto Belchior de Araújo, Relator vencido, em parte — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator designado para lavrar o Acórdão (letra g, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.) — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator — de 16-11-60, o sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, digno Secretário do Interior e Justiça, requereu, em nome do Governo do Estado, registro para o decreto n. 3242, retificando o de n. 40, de 22-2-44 que reformou o 1o. sargento Júlio Pereira Domicil, da P.M.E. Esse expediente está protocolado em data de 16-11-60, no Livro n. 2, às fls. 134, da Secretaria do T. C.

Deu motivo a esse acto governamental o processo administrativo iniciado perante o Governo do Estado, anexo aos autos, fls. 3. deste processo, cuja petição do interessado, transcrevo "ipsis litteris", de fls. 6.

"Exmo. sr. General Governador do Estado.

1 — Júlio Pereira Domicil, sargento ajudante reformado da Polícia Militar, por Decreto n. 40, de 22 de fevereiro de 1944, achando-se com direito à promoção ao posto de 2o. tenente e respectivos proventos em face da lei estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18720, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembléia" n. 849, da mesma data, e ainda republicada no DIÁRIO OFICIAL n. 19990, de 6 de março de 1959, na parte "Diário da As-

sembleia".

II — A luz da lei orçamentária vigente e na própria hierarquia estabelecida no art. 19 da Lei n. 207, de 30-12-49, o posto imediatamente superior ao de 1o. sargento é o de sub-tenente. Pelo decreto presente a este Tribunal, o reformado 1o. sargento é logo promovido a 2o. tenente. Faça-se a retificação devida, considerando-se essa circunstância para a fixação dos proventos, que devem ser os seguintes, se provada a prestação de serviço na zona de guerra de que fala a Lei n. 1524, de 4-3-58:

Vencimentos fixos de sub-tenente	96.000,00
Quantitativo para fardamento anual	24.000,00
366 etapas, anuais, a razão de Cr\$ 45,00	16.470,00
	136.470,00
20% de adicional por tempo de serviço	27.294,00
	Cr\$ 163.764,00

Belém, 13 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— Augusto Belchior de Araújo, Relator vencido, em parte — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator designado para lavrar o Acórdão (letra g, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.) — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator — de 16-11-60, o sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, digno Secretário do Interior e Justiça, requereu, em nome do Governo do Estado, registro para o decreto n. 3242, retificando o de n. 40, de 22-2-44 que reformou o 1o. sargento Júlio Pereira Domicil, da P.M.E. Esse expediente está protocolado em data de 16-11-60, no Livro n. 2, às fls. 134, da Secretaria do T. C.

Deu motivo a esse acto governamental o processo administrativo iniciado perante o Governo do Estado, anexo aos autos, fls. 3. deste processo, cuja petição do interessado, transcrevo "ipsis litteris", de fls. 6.

"Exmo. sr. General Governador do Estado.

1 — Júlio Pereira Domicil, sargento ajudante reformado da Polícia Militar, por Decreto n. 40, de 22 de fevereiro de 1944, achando-se com direito à promoção ao posto de 2o. tenente e respectivos proventos em face da lei estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18720, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembléia" n. 849, da mesma data, e ainda republicada no DIÁRIO OFICIAL n. 19990, de 6 de março de 1959, na parte "Diário da As-

sembleia".

II — A luz da lei orçamentária vigente e na própria hierarquia estabelecida no art. 19 da Lei n. 207, de 30-12-49, o posto imediatamente superior ao de 1o. sargento é o de sub-tenente. Pelo decreto presente a este Tribunal, o reformado 1o. sargento é logo promovido a 2o. tenente. Faça-se a retificação devida, considerando-se essa circunstância para a fixação dos proventos, que devem ser os seguintes, se provada a prestação de serviço na zona de guerra de que fala a Lei n. 1524, de 4-3-58:

Vencimentos fixos de sub-tenente	96.000,00
Quantitativo para fardamento anual	24.000,00
366 etapas, anuais, a razão de Cr\$ 45,00	16.470,00
	136.470,00
20% de adicional por tempo de serviço	27.294,00
	Cr\$ 163.764,00

Belém, 13 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— Augusto Belchior de Araújo, Relator vencido, em parte — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator designado para lavrar o Acórdão (letra g, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.) — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator — de 16-11-60, o sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, digno Secretário do Interior e Justiça, requereu, em nome do Governo do Estado, registro para o decreto n. 3242, retificando o de n. 40, de 22-2-44 que reformou o 1o. sargento Júlio Pereira Domicil, da P.M.E. Esse expediente está protocolado em data de 16-11-60, no Livro n. 2, às fls. 134, da Secretaria do T. C.

Deu motivo a esse acto governamental o processo administrativo iniciado perante o Governo do Estado, anexo aos autos, fls. 3. deste processo, cuja petição do interessado, transcrevo "ipsis litteris", de fls. 6.

"Exmo. sr. General Governador do Estado.

1 — Júlio Pereira Domicil, sargento ajudante reformado da Polícia Militar, por Decreto n. 40, de 22 de fevereiro de 1944, achando-se com direito à promoção ao posto de 2o. tenente e respectivos proventos em face da lei estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18720, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembléia" n. 849, da mesma data, e ainda republicada no DIÁRIO OFICIAL n. 19990, de 6 de março de 1959, na parte "Diário da As-

sembléia" n. 954, da mesma data, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia. a referida promoção, para o que junta a este uma certidão de tempo de serviço.

2 — O peticionário renuncia em favor do Estado aos benefícios financeiros correspondentes ao período compreendido entre a data da citada lei até a lavratura do acto da promoção requerida. Nestes termos. P. Deferimento.

Belém, 4 de setembro de 1959. — (a.) Julio Pereira Domicil, sargento ajudante reformado da P.M.E.

É de grande realce o despacho do eminente Governador General Moura Carvalho, exarado no petitorio, às fls. 6 v., destes autos:

"A pretensão do requerente, consoante ficou exaustivamente demonstrado a luz dos pareceres contidos no processo, exarados pelo órgão competente da Polícia Militar do Estado e pela Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, tem adequação rigorosa à Lei n. 1524, de 4 de março de 1958.

Com efeito, seria injusto deixar de reconhecer a valiosa colaboração que a Polícia Militar prestou ao esforço de guerra, no último conflito mundial, na qualidade de reserva de primeira linha do Exército, colaboração de que sou testemunha pessoal, não só por ter exercido, por algum tempo, para honra minha, o comando da gloriosa corporação, como pelo contacto que mantive como oficial do Exército Brasileiro.

Apaz-me, destarte, louvado nos princípios jurídicos em que se ampara e fundado no espírito de justiça que a medida encerra, deferir o que pletéia. A SIJ para a elaboração do competente acto. 15-10-60. — (a.) Moura Carvalho, Governador.

Positivamente, o 10. sargento ajudante reformado e promovido, tem 35 anos e 7 dias prestados ao serviço militar da Força Pública do Estado, e quem não-lo afirma é a certidão expedida pela Secretaria do Comando Geral, em 4 de setembro de 1959, junto aos autos, às fls. 7, o que não altera o adicional previsto na Lei 1047, de 18-2-955.

"POLÍCIA MILITAR — COMANDO GERAL — 2a. SEÇÃO — CERTIDÃO — Atendendo a solicitação do peticionário certifico que o sargento ajudante reformado desta Corporação, Julio Pereira Domicil, verificou praça na antiga Força Pública, em 22 de julho de 1904, excluído a 22 de julho de 1910; reincluído em 14 de dezembro de 1914, excluído em 22 de fevereiro de 1944, data em que foi julgado incapaz para o serviço ativo conta, assim, trinta e cinco (35) anos. E eu, Arthur Corrêa da Silva, primeiro tenente secretário do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, passei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Confere com o original. Quartel em Belém, 4 de setembro de 1959. — (a.) Arthur Corrêa da Silva, 10. tenente, secretário".

No estudo dos autos, deparamos uma incontestável divergência entre o acto governamental e o que está disposto na tabela 29, do Orçamento vigente, na qual existe o posto de "sub-tenente", com vencimentos fixos de Cr\$ 96.000,00, que é exatamente o posto im-

ediato e não o de 20. tenente constante do diploma de fls. 2.

Ouvindo o Ministério Público os seus órgãos competentes, Assessoria e Sub-Procuradoria, ambos discordarem dos actos em apreço para opinarem pela conversão do presente julgamento em diligência ao Executivo para retificações nos proventos, apontados no parecer de fls.

É o Relatório.

VOTO

Converto este julgamento em diligência, para que o Executivo Estadual baixe novo acto retificando os proventos, depois de declarado, nos autos, o tempo de serviço em dobro que não consta da certidão expedida pela Secretaria do Comando Geral da P.M.E. de fls. 7, como determina a lei n. 1524, de 4 de março de 1958, pois o coronel Iran de Jesus Loureiro, na época Comandante Geral da P.M.E., tendo informado ao Governo do Estado, em 17 de fevereiro de 1960, "que o peticionário tem direito ao que pede, em face da lei estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicada e republicada nos DIÁRIOS OFICIAIS ns. 18.720 e 18.990, de 1 de abril de 1958 e 6 de março de 1959, respectivamente, ambos na parte destinada ao "Diário da Assembléia". Nada mais exequível que o verdadeiro, legal, será o seguinte cálculo para o novo diploma:

Vencimentos fixos de sub-tenente:	
Anualmente	96.000,00
Quantitativo para pagamento (anualmente)	24.000,00
366 etapas, anuais, a Cr\$ 45,00	16.470,00
	136.470,00
20%, adicional por tempo de serviço...	27.204,00
	Cr\$ 163.764,00

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Aceito a diligência, mas para que conste dos autos a certidão de que, de fato, o militar serviu na zona de guerra, conforme determina a lei n. 1524, de 4-3-58, observando-se a hierarquia referida pelo art. 19, da Lei n. 207, de 30-12-49".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Nos termos dos meus votos anteriores sobre a espécie análoga, pois que, à luz da Lei Orçamentária vigente e de própria hierarquia estabelecida no art. 19 da Lei n. 207, de 30-12-49, o posto imediatamente superior ao de 10. sargento é o de sub-tenente, ao qual "ipso facto", deve fazer jus o reformado.

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "De acordo com o sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado".

Mário Nepomuceno de Souza Ministro Presidente Augusto Belchior de Araújo Relator vencido, em parte Lindolfo Marques de Mesquita Relator designado para lavrar o Acórdão (letra q, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.) José Maria de Vasconcelos Machado Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3610 (Processo n. 8295)

Requerente: — Exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator vencido, em parte: — Exmo. sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Relator designado para lavrar o Acórdão (letra q, inciso único, Seção II, art. 18, do R. I.): — Exmo. sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para registro, o decreto n. 3244, de 11-11-60, que retifica o de n. 584, de 15-6-50, que reformou o 30. sargento da Polícia Militar do Estado José Tavares Nogueira, para promovê-lo ao posto de 20. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958 e reformá-lo no aludido posto, percebendo nessa situação, os proventos de Cr\$ 10.272,00 (dez mil duzentos e setenta e dois cruzeiros) mensais, ou sejam Cr\$ 123.264,00 (cento e vinte e três mil duzentos e sessenta e quatro cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último, tendo a remessa sido feita em ofício n. 209, de 16 de novembro de 1960, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. 669, às fls. 134, do Livro n. II, como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, vencido em parte o exmo. sr. Ministro Relator Augusto Belchior de Araújo, na forma do seu pronunciamento, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo, em novo acto — depois de certificado, de modo que faça fé, pelo Comando da Polícia Militar, que o reformado efetivamente prestou serviço na zona de guerra definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42, e, se positivamente, contado esse tempo em dobro — fixe os proventos na forma seguinte:

Vencimentos fixos de 20. sargento	84.000,00
366 etapas a Cr\$ 40,00	14.640,00
30% sobre as etapas. 366 etapas suplementares	4.392,00
	7.320,00
	Cr\$ 110.352,00
20% de adicional por tempo de serviço...	22.070,40
	Cr\$ 132.422,40

Belém, 13 de dezembro de 1960. — (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator vencido, em parte. — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator designado para lavrar o Acórdão. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator. — RELATÓRIO: — "Sob ofício n. 209, de 16 de novembro último, protocolado e recebido no mesmo dia, na Secretaria do T. C., como se evidencia do Livro n. 2, às fls. 134, o dr. Péricles Guedes de Oliveira, digno Secretário de Estado

do Interior e Justiça, solicitou, em nome do Governo do Estado, registro para o decreto n. 3244, retificando o decreto n. 584, de 15 de junho de 1950, que reformou na graduação de 30. sargento da P.M.E., José Tavares Nogueira. O decreto n. 3244, ora em apreciação, promove o dito 30. sargento reformado a 20. sargento e nesta graduação o reforma, novamente, para perceber as vantagens oriundas da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958; e consubstanciadas no Orçamento em vigor. E para tanto necessário se tornou um processo administrativo que está anexo aos autos, de fls. 5.

Vale reproduzir a petição inicial firmada pelo referido sargento e que deu margem à formação do processo:

Exmo. Sr. General Governador do Estado do Pará — 1. — José Tavares Nogueira, 30. sargento reformado da Polícia Militar, por Decreto n. 584, de 15 de junho de 1950, achando-se com direito à promoção e graduação de 20. sargento e respectivos proventos em face da Lei Estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicada no DIÁRIO OFICIAL n. 18.720, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembléia" n. 849, da mesma data, e ainda republicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18.990, de 6 de março de 1959, na parte "Diário da Assembléia" n. 954, da mesma data, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia., a referida promoção, para o que junta a este uma certidão de tempo de serviço.

2. — O peticionário renuncia em favor do Estado aos benefícios financeiros correspondentes ao período compreendido entre a data da citada lei até a lavratura do acto da promoção requerida. — Nestes termos. P. Deferimento. Belém, 9 de setembro de 1959. — (a.) José Tavares Nogueira. — (Firma reconhecida no Cartório Queiroz dos Santos).

Mais interessante é o despacho justíssimo de S. Excia. o Sr. General Moura Carvalho, ao petitorio de fls. 6 v.:

A pretensão do requerente, consoante ficou exaustivamente demonstrado a luz dos pareceres contidos no processo, exarados pelo órgão competente da Polícia Militar do Estado e da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, tem adequação rigorosa à letra da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958. Com efeito, seria injusto deixar de reconhecer a valiosa colaboração que a Polícia Militar prestou ao esforço de guerra, no último conflito mundial, na qualidade de reserva de primeira linha do Exército, colaboração de que sou testemunha pessoal, não só por ter exercido, por algum tempo, para honra minha, o comando da gloriosa corporação, como pelo contacto que mantive como Oficial do Exército Brasileiro. Apaz-me, destarte, louvado nos princípios jurídicos em que se ampara e fundado no espírito de justiça que a medida encerra, deferir o que pletéia. A SIJ, para a elaboração do competente acto. — 15-10-60. — (a.) Moura Carvalho, Governador.

Em 8-9-59, a Secretaria do Co-

mando Geral da P.M.E. expediu uma certidão que está anexa aos autos, às fls. 7, dizendo que o 3o. sargento José Tavares Nogueira, até àquela data, contava 25 anos, 8 meses e 2 dias de serviço militar prestado à Corporação e que os arredondava para 26 anos, de acordo com a lei.

Efetivamente ara o caso, nada influi à percepção do adicional previstos pela Lei n. 1047, de 18-2-1955.

Em 17 de setembro de 1959, o sr. tenente coronel Mário Barriga Guimarães, respondendo pelo Comando Geral da P.M.E., encaminhando ao Governo, a informação por ofício, cujo conteúdo de fls. 9, é o seguinte:

POLÍCIA MILITAR — COMANDO GERAL — Of. n. 289-A-59 — Sec. — Belém, 17 de setembro de 1959 — Do Ten. Cel. Resp. pelo Comando Geral. — Ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado do Interior e Justiça. — ASSUNTO: Informação (presta). — ANEXO: Processo n. 0.415-59 — (Ao D.S., para exame e parecer. 21-9-59).

I) — Em cumprimento ao respeitável despacho de V. Excia., lançado no requerimento constante do processo anexo, em que o 3o. sargento reformado desta Polícia, José Tavares Nogueira, requer promoção à graduação de 2o. sargento, com os respectivos proventos, informo que esse Comando é de parecer que o peticionário tem direito ao que pede, de acordo com a Lei Estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicada e republicada nos DIÁRIOS OFICIAIS ns. 18.720, e 18.990, de 1 de abril de 1958 e 6 de março de 1959, respectivamente, em ambos na parte destinada ao "Diário da Assembleia".

II) — No ensejo, reairmo a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e mui distinta consideração. — (a.) Ten. Cel. Mário Barriga Guimarães, resp. pelo Comando Geral. Ouvido o Ministério Público, a Sub-Procuradoria, pelo seu digno titular dr. Flávio Nunes Bezerra, opinou pela conversão do julgamento em diligência ao Executivo para que novo acto retifique os proventos do militar ora reformado para Cr\$ 132.422,40, como de justiça e coerência com o Orçamento vigente.

É o Relatório.

VOTO

Preenchido, nos autos, o imperativo do art. 1o. da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, que manda contar em dobro o tempo de serviço militar, face também à informação do Tenente Coronel Mário Barriga Guimarães, nos autos, às fls. 9, que respondia na data pelo Comando Geral da P.M.E. e do que tudo consta dos autos, converto em diligência o presente julgamento, para que o Poder Executivo determine a lavratura de novo acto, nas bases legais, que são:

Vencimentos fixos de 2o. sargento	84.000,00
366 etapas a Cr\$ 40,00	14.640,00
30% sobre etapas	4.392,00
366 etapas suplementares	7.320,00
	110.352,00
20% adicional por tempo de serviço	22.070,40
	Cr\$ 132.422,40

Voto do sr. ministro Lindolfo D. O. de 24-11-60, e tem a seguinte teor:
"LEI N. 2071 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1960
Altera a denominação e eleva o padrão de vencimentos dos cargos isolados, de provimento efetivo, do Quadro Único do Funcionalismo Público Civil do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado estará e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica alterada pelo Tesoureiro Geral do Estado a denominação do cargo isolado, de provimento efetivo, de Tesoureiro, lotado no Departamento de Despesa da Secretaria de Estado de Finanças.

Art. 2o. Fica elevado de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00) para trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00) o vencimento do cargo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3o. Ficam elevados os padrões dos vencimentos dos cargos isolados, de provimento efetivo, do Quadro Único do Funcionalismo Civil do Estado, abaixo relacionados e nas seguintes bases:

— Tesoureiro, lotado no Departamento de Receita da Secretaria de Estado de Finanças de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) para vinte e oito mil cruzeiros (Cr\$ 28.000,00);

— Pagador, lotado na Tesouraria do Departamento de Despesa da Secretaria de Estado de Finanças, de quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00) para vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00);

— Tesoureiro, lotados na Secretarias de Segurança Pública, de Saúde Pública, de Produção, do Matarou do Maguari, do Departamento Estadual de Águas, de doze mil cruzeiros (Cr\$ 12.000,00) para vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00);

— Ajudante de Tesoureiro, lotado em Tesourarias das demais repartições estaduais, de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00) para quinze mil cruzeiros (Cr\$ 15.000,00).

Art. 4o. Para ocorrer ao pagamento dos encargos criados na presente lei, fica aberto o crédito suplementar de setecentos e noventa e oito mil cruzeiros (Cr\$ 798.000,00) assim distribuídos:

Imprensa Oficial: 30.000,00
Pessoal fixo

Secretaria de Segurança Pública — Divisão de Administração: 78.000,00
Pessoal Fixo

Presidência São José: 30.000,00
Pessoal Fixo

Secretaria de Estado de Finanças: 198.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Receita: 122.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Despesa: 48.000,00
Pessoal Fixo

Secretaria de Produção: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Departamento de Administração: 48.000,00
Pessoal Fixo

Secretaria de Educação e Cultura: Instituto "Lauro Sodré":

Pessoal Fixo

Secretaria de Saúde Pública: Divisão de Administração Central:

Pessoal Fixo

Sec. de Obras, Terras e Viação: Departamento de Águas:

Pessoal Fixo

Art. 5o. Esta lei entrará em vigor na data de 1 de julho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de novembro de 1960.

(aa.) Dionísio Bentes de Carvalho, Governador do Estado, em exercício. — José Pessoa de Oliveira, respondendo pelo expediente da Secretaria de Estado de Finanças.

Republicada por ter saído com incorreção no DIÁRIO OFICIAL, n. 19.469, de 17-11-1960.

Este é o Relatório.

VOTO

Concedo o registro solicitado.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com S. Excia."

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator."

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "De acordo."

Voto do sr. ministro Presidente: — "Concedo o registro."

Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.

Lindolfo Marques de Mesquita, Relator.

Augusto Belchior de Araújo, José Maria de Vasconcelos Machado, Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Sebastião Santos de Santana.

ACÓRDÃO N. 3612 (Processo n. 1352-A)

(2o. julgamento)

Requerente: — O Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, discutidos e relatados os presentes autos, em que o exmo. sr. Secretário de Estado do Interior e Justiça remeteu, com ofício n. 202, de 16-11-60, recebido na mesma data, sob o protocolo n. 661, às fls. 134, do Livro II, a registro neste Tribunal, o Decreto n. 3245, de 11-11-60, que retifica o Decreto n. 1831, de 13-8-1955, que reformou o 1o. sargento músico da Polícia Militar do Estado, Lourivaldo Brasil de Souza, "para promoção à ao posto de 2o. tenente, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de quatorze mil trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 14.350,00) mensais, ou sejam, cento e setenta e dois mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 172.200,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1o. de setembro de 1960, como tudo dos autos consta:

Atendiam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, imediatamente, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo, em novo acto, observe o seguinte:

I — Se o reformado Lourivaldo Brasil de Souza serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo Decreto Federal n. 10.490-A, de 25-9-42, comprovado mediante certidão do Comando da Polícia Militar, seja-lhe contado em dobro esse tempo de serviço.

II — A Lei da Lei Orçamentária vigente e na própria hierarquia estabelecida no art. 19, da Lei n. 1947, de 30-12-49, o posto imediatamente superior ao de 1.º sargento é o de sub-tenente. Pelo Decreto presente a este Tribunal, o reformado 1.º sargento é logo promovido a 2.º tenente. Fagase a retificação devida, considerando-se essa circunstância para a fixação dos proventos, que devem ser os seguintes, se provada a prestação de serviço na zona de guerra, de que fala a Lei n. 1524, de 4-3-58:

Descontos fixos de sub-tenente	96.000,00
Quotativo para far- lamento, anual ...	24.000,00
366 etapas, à razão de Cr\$ 45,00	16.470,00
	136.470,00
36% de adicional por tempo de serviço...	13.470,00
	Cr\$ 149.940,00

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. —
Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. — Augusto Belchior de Araújo. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. —
RELATÓRIO: — "Contém este processo o decreto n. 3245, de 11 de novembro do corrente ano, que reformou o de n. 1831, de 19 de agosto de 1955, que reformou o 1.º sargento músico da Polícia Militar do Estado, Lourivaldo Brasil de Souza. O novo decreto promoveu-o ao posto de 2.º tenente, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, per-

— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. — Augusto Belchior de Araújo. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator: — "A presente prestação de contas é feita pela Profilaxia das Doenças Transmissíveis. Relaciona-se ao exercício financeiro de 1959. A instrução foi feita regularmente. O saldo existente, no valor de Cr\$ 28,90 foi devidamente recolhido. Os comprovantes apresentados foram considerados em ordem. O valor total da prestação de contas é de Cr\$ 750.000,00.

A vista do exposto, aprovamos dita prestação de contas, para que se expeça ao responsável o competente alvará de quitação.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Aprovo as contas".

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: — "Por este processo de tomada de contas, define-se a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira que, no período de julho a de-

zembro de 1958, ocupou a direção da Secretaria de Estado de Governo, tendo recebido, dos cofres públicos, a quantia de Cr\$ 30.000,00, para aplicá-la em "Despesas Diversas", dotada no Orçamento financeiro daquela época, e somente a quantia de Cr\$ 9.456,40 foi gasta. A instrução e preparo destes autos ficou a cargo do sr. Auditor Pedro Bentes Pinheiro. A Secção de Tomada de Contas, em parecer de fls. 54, concluiu que ficou a descoberto e retido em poder do responsável, sr. José Pessoa de Oliveira, o saldo de Cr\$ 20.543,60, o que motivou o Ministério Público, junto a este T. C., pelo exmo. sr. Sub-Procurador, dr. Flávio Nunes Bezerra, a salientar a falta funcional do responsável por aquele dinheiro público, o que foi corroborado pela Auditoria competente, em seu Relatório de fls. 60.

Designado para proferir o voto orientador dei nos autos o seguinte despacho:

"A instrução deste processo não está completa. Há nos autos a descoberto a importância de Cr\$ 20.543,60 que deve ser recolhida à Tesouraria do Departamento Geral da Despesa. Incumbe à dita Auditoria fixar a responsabilidade de quem cabe fazer esse recolhimento, atendendo para o ofício de n. 197-SEG, às fls. 26. Se apurada a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira, providências para o saneamento do processo, findo o que voltem os autos, para a decisão final, junto ao Plenário.

Em 31-10-60. — Augusto Belchior de Araújo Relator".

Tomando conhecimento do meu despacho, a digna Auditoria assim se manifestou:

"Ofício-se ao sr. José Pessoa de Oliveira para que promova o recolhimento a que alude o despacho retro.

Em 30-11-60. — Pedro Bentes Pinheiro".

Intimado o responsável pelo recolhimento do dito saldo, como se verifica do ofício de fls. 63, o sr. Waldemar de Oliveira Guimarães, Secretário de Estado de Finanças, em ofício de fls. 64, fez encaminhamento à Meretíssima Presidência a guia de recolhimento da importância de Cr\$ 120.543,60, feita pelo sr. José Pessoa de Oliveira, único responsável por aquele valor.

Tudo assim exposto, resta-me aprovar as contas em apêço, pois os comprovantes exibidos dos pagamentos efetuados, pela Secção de Tomada de Contas não sofreram restrições. Daí seja concedido o necessário Alvará de Quitação pela Meretíssima Presidência ao sr. José Pessoa de Oliveira, que no período de julho a dezembro de 1958, era responsável pelas contas ora em julgamento.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 16 de dezembro de 1960. — Augusto Belchior de Araújo, Relator.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia.". —

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Aprovo as contas".

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: — "Por este processo de tomada de contas, define-se a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira que, no período de julho a de-

zembro de 1958, ocupou a direção da Secretaria de Estado de Governo, tendo recebido, dos cofres públicos, a quantia de Cr\$ 30.000,00, para aplicá-la em "Despesas Diversas", dotada no Orçamento financeiro daquela época, e somente a quantia de Cr\$ 9.456,40 foi gasta. A instrução e preparo destes autos ficou a cargo do sr. Auditor Pedro Bentes Pinheiro. A Secção de Tomada de Contas, em parecer de fls. 54, concluiu que ficou a descoberto e retido em poder do responsável, sr. José Pessoa de Oliveira, o saldo de Cr\$ 20.543,60, o que motivou o Ministério Público, junto a este T. C., pelo exmo. sr. Sub-Procurador, dr. Flávio Nunes Bezerra, a salientar a falta funcional do responsável por aquele dinheiro público, o que foi corroborado pela Auditoria competente, em seu Relatório de fls. 60.

Designado para proferir o voto orientador dei nos autos o seguinte despacho:

"A instrução deste processo não está completa. Há nos autos a descoberto a importância de Cr\$ 20.543,60 que deve ser recolhida à Tesouraria do Departamento Geral da Despesa. Incumbe à dita Auditoria fixar a responsabilidade de quem cabe fazer esse recolhimento, atendendo para o ofício de n. 197-SEG, às fls. 26. Se apurada a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira, providências para o saneamento do processo, findo o que voltem os autos, para a decisão final, junto ao Plenário.

Em 31-10-60. — Augusto Belchior de Araújo Relator".

Tomando conhecimento do meu despacho, a digna Auditoria assim se manifestou:

"Ofício-se ao sr. José Pessoa de Oliveira para que promova o recolhimento a que alude o despacho retro.

Em 30-11-60. — Pedro Bentes Pinheiro".

Intimado o responsável pelo recolhimento do dito saldo, como se verifica do ofício de fls. 63, o sr. Waldemar de Oliveira Guimarães, Secretário de Estado de Finanças, em ofício de fls. 64, fez encaminhamento à Meretíssima Presidência a guia de recolhimento da importância de Cr\$ 120.543,60, feita pelo sr. José Pessoa de Oliveira, único responsável por aquele valor.

Tudo assim exposto, resta-me aprovar as contas em apêço, pois os comprovantes exibidos dos pagamentos efetuados, pela Secção de Tomada de Contas não sofreram restrições. Daí seja concedido o necessário Alvará de Quitação pela Meretíssima Presidência ao sr. José Pessoa de Oliveira, que no período de julho a dezembro de 1958, era responsável pelas contas ora em julgamento.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 16 de dezembro de 1960. — Augusto Belchior de Araújo, Relator.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia.". —

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Aprovo as contas".

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: — "Por este processo de tomada de contas, define-se a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira que, no período de julho a de-

zembro de 1958, ocupou a direção da Secretaria de Estado de Governo, tendo recebido, dos cofres públicos, a quantia de Cr\$ 30.000,00, para aplicá-la em "Despesas Diversas", dotada no Orçamento financeiro daquela época, e somente a quantia de Cr\$ 9.456,40 foi gasta. A instrução e preparo destes autos ficou a cargo do sr. Auditor Pedro Bentes Pinheiro. A Secção de Tomada de Contas, em parecer de fls. 54, concluiu que ficou a descoberto e retido em poder do responsável, sr. José Pessoa de Oliveira, o saldo de Cr\$ 20.543,60, o que motivou o Ministério Público, junto a este T. C., pelo exmo. sr. Sub-Procurador, dr. Flávio Nunes Bezerra, a salientar a falta funcional do responsável por aquele dinheiro público, o que foi corroborado pela Auditoria competente, em seu Relatório de fls. 60.

Designado para proferir o voto orientador dei nos autos o seguinte despacho:

"A instrução deste processo não está completa. Há nos autos a descoberto a importância de Cr\$ 20.543,60 que deve ser recolhida à Tesouraria do Departamento Geral da Despesa. Incumbe à dita Auditoria fixar a responsabilidade de quem cabe fazer esse recolhimento, atendendo para o ofício de n. 197-SEG, às fls. 26. Se apurada a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira, providências para o saneamento do processo, findo o que voltem os autos, para a decisão final, junto ao Plenário.

Em 31-10-60. — Augusto Belchior de Araújo Relator".

Tomando conhecimento do meu despacho, a digna Auditoria assim se manifestou:

"Ofício-se ao sr. José Pessoa de Oliveira para que promova o recolhimento a que alude o despacho retro.

Em 30-11-60. — Pedro Bentes Pinheiro".

Intimado o responsável pelo recolhimento do dito saldo, como se verifica do ofício de fls. 63, o sr. Waldemar de Oliveira Guimarães, Secretário de Estado de Finanças, em ofício de fls. 64, fez encaminhamento à Meretíssima Presidência a guia de recolhimento da importância de Cr\$ 120.543,60, feita pelo sr. José Pessoa de Oliveira, único responsável por aquele valor.

Tudo assim exposto, resta-me aprovar as contas em apêço, pois os comprovantes exibidos dos pagamentos efetuados, pela Secção de Tomada de Contas não sofreram restrições. Daí seja concedido o necessário Alvará de Quitação pela Meretíssima Presidência ao sr. José Pessoa de Oliveira, que no período de julho a dezembro de 1958, era responsável pelas contas ora em julgamento.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 16 de dezembro de 1960. — Augusto Belchior de Araújo, Relator.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia.". —

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Aprovo as contas".

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: — "Por este processo de tomada de contas, define-se a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira que, no período de julho a de-

zembro de 1958, ocupou a direção da Secretaria de Estado de Governo, tendo recebido, dos cofres públicos, a quantia de Cr\$ 30.000,00, para aplicá-la em "Despesas Diversas", dotada no Orçamento financeiro daquela época, e somente a quantia de Cr\$ 9.456,40 foi gasta. A instrução e preparo destes autos ficou a cargo do sr. Auditor Pedro Bentes Pinheiro. A Secção de Tomada de Contas, em parecer de fls. 54, concluiu que ficou a descoberto e retido em poder do responsável, sr. José Pessoa de Oliveira, o saldo de Cr\$ 20.543,60, o que motivou o Ministério Público, junto a este T. C., pelo exmo. sr. Sub-Procurador, dr. Flávio Nunes Bezerra, a salientar a falta funcional do responsável por aquele dinheiro público, o que foi corroborado pela Auditoria competente, em seu Relatório de fls. 60.

Designado para proferir o voto orientador dei nos autos o seguinte despacho:

"A instrução deste processo não está completa. Há nos autos a descoberto a importância de Cr\$ 20.543,60 que deve ser recolhida à Tesouraria do Departamento Geral da Despesa. Incumbe à dita Auditoria fixar a responsabilidade de quem cabe fazer esse recolhimento, atendendo para o ofício de n. 197-SEG, às fls. 26. Se apurada a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira, providências para o saneamento do processo, findo o que voltem os autos, para a decisão final, junto ao Plenário.

Em 31-10-60. — Augusto Belchior de Araújo Relator".

Tomando conhecimento do meu despacho, a digna Auditoria assim se manifestou:

"Ofício-se ao sr. José Pessoa de Oliveira para que promova o recolhimento a que alude o despacho retro.

Em 30-11-60. — Pedro Bentes Pinheiro".

Intimado o responsável pelo recolhimento do dito saldo, como se verifica do ofício de fls. 63, o sr. Waldemar de Oliveira Guimarães, Secretário de Estado de Finanças, em ofício de fls. 64, fez encaminhamento à Meretíssima Presidência a guia de recolhimento da importância de Cr\$ 120.543,60, feita pelo sr. José Pessoa de Oliveira, único responsável por aquele valor.

Tudo assim exposto, resta-me aprovar as contas em apêço, pois os comprovantes exibidos dos pagamentos efetuados, pela Secção de Tomada de Contas não sofreram restrições. Daí seja concedido o necessário Alvará de Quitação pela Meretíssima Presidência ao sr. José Pessoa de Oliveira, que no período de julho a dezembro de 1958, era responsável pelas contas ora em julgamento.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 16 de dezembro de 1960. — Augusto Belchior de Araújo, Relator.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia.". —

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Aprovo as contas".

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente

Augusto Belchior de Araújo
Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3614
(Processo n. 7567)

(Prestação de contas da Profilaxia das Doenças Transmissíveis, da Secretaria de Saúde Pública, no exercício de 1959).

Requerente: — A Secretaria de Estado de Finanças.
Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, discutidos e relatados os presentes autos, em que a Secretaria de Estado de Finanças remeteu a exame e julgamento deste Tribunal a prestação de contas da importância de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), recebida pela Secretaria de Estado de Saúde, destinada à Profilaxia das Doenças Transmissíveis, nos termos da dotação constante da tabela n. 101, da Lei Orçamentária de 1959, como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica, a presente prestação de contas, e autorizar a presidência do Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, a favor do sr. dr. Henry Checralla Kayoth, Secretário de Estado de Saúde, relativamente à importância de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), no exercício de 1959.

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. — Augusto Belchior de Araújo. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator: — "A presente prestação de contas é feita pela Profilaxia das Doenças Transmissíveis. Relaciona-se ao exercício financeiro de 1959. A instrução foi feita regularmente. O saldo existente, no valor de Cr\$ 28,90 foi devidamente recolhido. Os comprovantes apresentados foram considerados em ordem. O valor total da prestação de contas é de Cr\$ 750.000,00.

A vista do exposto, aprovamos dita prestação de contas, para que se expeça ao responsável o competente alvará de quitação.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Aprovo as contas".

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço de Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: — "Por este processo de tomada de contas, define-se a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira que, no período de julho a de-

zembro de 1958, ocupou a direção da Secretaria de Estado de Governo, tendo recebido, dos cofres públicos, a quantia de Cr\$ 30.000,00, para aplicá-la em "Despesas Diversas", dotada no Orçamento financeiro daquela época, e somente a quantia de Cr\$ 9.456,40 foi gasta. A instrução e preparo destes autos ficou a cargo do sr. Auditor Pedro Bentes Pinheiro. A Secção de Tomada de Contas, em parecer de fls. 54, concluiu que ficou a descoberto e retido em poder do responsável, sr. José Pessoa de Oliveira, o saldo de Cr\$ 20.543,60, o que motivou o Ministério Público, junto a este T. C., pelo exmo. sr. Sub-Procurador, dr. Flávio Nunes Bezerra, a salientar a falta funcional do responsável por aquele dinheiro público, o que foi corroborado pela Auditoria competente, em seu Relatório de fls. 60.

Designado para proferir o voto orientador dei nos autos o seguinte despacho:

"A instrução deste processo não está completa. Há nos autos a descoberto a importância de Cr\$ 20.543,60 que deve ser recolhida à Tesouraria do Departamento Geral da Despesa. Incumbe à dita Auditoria fixar a responsabilidade de quem cabe fazer esse recolhimento, atendendo para o ofício de n. 197-SEG, às fls. 26. Se apurada a responsabilidade do sr. José Pessoa de Oliveira, providências para o saneamento do processo, findo o que voltem os autos, para a decisão final, junto ao Plenário.

Em 31-10-60. — Augusto Belchior de Araújo Relator".

Tomando conhecimento do meu despacho, a digna Auditoria assim se manifestou:

"Ofício-se ao sr. José Pessoa de Oliveira para que promova o recolhimento a que alude o despacho retro.

Em 30-11-60. — Pedro Bentes Pinheiro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Lindolfo Marques de Mesquita
Relator
Augusto Belchior de Araújo
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDAO N. 3615
(Processo n. 8152)

Requerente: — Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Exmo. Sr. Ministro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu para registro neste Tribunal, com o ofício n. 498, de 27-9-60, recebido no dia 29, e protocolado neste Tribunal, sob o n. 589, às fls. 120, do Livro II, o decreto n. 3138, de 26-9-60, que retifica o de n. 1160, de 27-12-52, que reformou o 30. sargento da Polícia Militar do Estado Antonio Sales, para promovê-lo ao posto de 2o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4-3-58, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 10.272,00 (dez mil duzentos e setenta e dois cruzeiros) mensais, ou sejam Cr\$ 123.264,00 (cento e vinte e três mil duzentos e sessenta e quatro cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro corrente, como tudo dos autos consta;

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo, em novo acto — depois de certificado, de modo que faça fé, pelo Comando da Polícia Militar, que o reformado efetivamente prestou serviço na zona de guerra, definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42, e, se positivado, contado em esse tempo em dobro — fixe os proventos na forma seguinte:

Vencimentos anuais de 2o. sargento...	84.000,00
Quantitativo de fardamento s/366 etapas a Cr\$ 40,00 — (30%)	4.392,00
Valor de 366 etapas a Cr\$ 40,00	14.640,00
366 etapas suplementares a Cr\$ 20,00...	7.320,00
Adicional por tempo de serviço (20%) ...	22.070,00
Total	Cr\$ 132.422,00

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— Sebastião Santos de Santana, Relator.
— Augusto Belchior de Araújo.
— Lindolfo Marques de Mesquita.
— José Maria de Vasconcelos Machado.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana, Relator.
RELATÓRIO: — "Em ofício n. 498, de 27-9-60, o Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário

de Estado do Interior e Justiça, remete a esta Egrégia Corte, para registro, o Decreto n. 1160, de 27-12-52, que reformou o 30. sargento da Polícia Militar do Estado, Antonio Sales.

O Decreto governamental tem o seguinte teor:

"Governo do Estado do Pará
DECRETO N. 3138 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1960
Retifica o Decreto n. 1160, de 27 de dezembro de 1952, que reformou o 30. sargento da Polícia Militar do Estado, Antonio Sales.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo número 0429/59/PET — SIJ,

DECRETA:
Art. 1o. Fica retificado o Decreto n. 1160, de 27 de dezembro de 1952, que reformou o 30. sargento da Polícia Militar do Estado, Antonio Sales para promovê-lo ao posto de 2o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de dez mil duzentos e setenta e dois cruzeiros (Cr\$ 10.272,00) mensais, ou sejam, cento e vinte e três mil duzentos e sessenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 123.264,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro corrente.

Art. 2o. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL, revogada a disposição em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 26 de setembro de 1960.

(aa.) Moura Carvalho, Governador do Estado. — Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

A Douta Procuradoria, em parecer de fls., é pela conversão do presente julgamento em diligência.

E o Relatório.

Fiel à jurisprudência deste Egrégio Tribunal, converto o presente julgamento em diligência ao Executivo, para:

a) juntar aos autos uma certidão que prove haver o sr. Antonio Sales servido na zona de guerra, definida e delimitada pelo Decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42; caso positivo, seja-lhe contado em dobro esse tempo, e
b) observar a dotação orçamentária da Tabela n. 29, da Lei n. 1826, de 30-11-59, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o Executivo financeiro de 1960, quanto ao seguinte:

Vencimentos anuais de 2o. sargento...	84.000,00
Quantitativo de fardamento sobre 366 etapas a Cr\$ 40,00 (30%)	4.392,00
Valor de 366 etapas a Cr\$ 40,00	14.640,00
366 etapas suplementares a Cr\$ 20,00...	7.320,00
Adicional por tempo de serviço (20%) ...	22.070,00
Total	Cr\$ 132.422,40

Adicional por tempo de serviço (20%) ... 22.070,40

Total **Cr\$ 132.422,40**
Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Converso

o julgamento em diligência para que, depois de provado nos autos que o reformado conta o tempo de serviço em dobro, nos termos do art. 1o. da Lei n. 1524, de 4-3-58, sejam retificados os proventos, de acordo com o que determina o sr. ministro relator no presente processo".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Sebastião Santos de Santana
Relator

Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
José Maria de Vasconcelos Machado
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDAO N. 3616
(Processo n. 8240)

Requerente: — Sr. Hermenegildo Pena de Carvalho, diretor geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o sr. Hermenegildo Pena de Carvalho, diretor geral do Departamento do Serviço Público, remeteu para registro neste Tribunal, com o ofício n. 1118, de 9-11-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. 651, às fls. 129, do Livro n. II, a aposentadoria de Américo de Barros Brigido, no cargo de Encadernador, padrão G, do Quadro Único, lotado na Biblioteca e Arquivo Público, percebendo nessa situação os proventos integrais do cargo, acrescido de 20% referente ao adicional e mais 20% por ter 35 anos de serviço, perfazendo um total de Cr\$ 96.768,00 (noventa e seis mil setecentos e sessenta e oito cruzeiros) anuais, decretada de acordo com o art. 191, § 1o., da Constituição Federal, combinado com os arts. 138, inciso V; 143, 145, 227 e 162, da Lei n. 749, de 24-12-53, como tudo dos autos consta;

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir o registro.

Belém, 16 de dezembro de 1960.

— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— Lindolfo Marques de Mesquita, Relator.
— Augusto Belchior de Araújo.
— José Maria de Vasconcelos Machado.
— Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator — RELATÓRIO: — "O Governo do Estado, em data de 13 de outubro do corrente ano, baixou acto

aposentando Américo de Barros Brigido no cargo de Encadernador, padrão G, do Quadro Único, lotado na Biblioteca e Arquivo Público, atribuindo-lhe os proventos totais anuais de Cr\$ 96.768,00, incluído o adicional de 20% e mais 20% por contar mais de 35 anos de serviço público. O acto foi lavrado de acordo com o artigo 191, parágrafo 1o. da

Constituição Federal, combinado

com os arts. 138, inciso V, 143, 145, 227 e 162, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

O expediente que comprova a legalidade do decreto baixado pelo Chefe do Executivo está completo e contém as certidões colhidas nas fontes autorizadas.

Com parecer favorável da Sub-Procuradoria, este é o relatório.

VOTO

"Concedo o registro solicitado".

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "De acordo".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Deferir".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Concedo o registro".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Lindolfo Marques de Mesquita
Relator

Augusto Belchior de Araújo
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDAO N. 3617
(Processo n. 8294)

Requerente: — Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a esta Corte de Contas, para julgamento e consequente registro, nos termos legais, o decreto n. 3243, de 11 de novembro recém-findo, que retifica o decreto n. 153, de 19 de agosto de 1944, que reformou o capitão da Polícia Militar do Estado José Alves Lavor "para promovê-lo ao posto de major, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de vinte e três mil setecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 23.750,00) mensais, ou sejam duzentos e oitenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 285.000,00), anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último", feita a remessa do expediente através do ofício n. 209, de 13 de novembro transato, quando foi protocolado às fls. 134, sob o n. 669, do Livro n. 2;

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de ser especificado e contado em dobro, o tempo em que o reformado serviu na zona de guerra, definida e delimitada pelo art. 1o. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, e devidamente retificados, no decreto governamental, os respectivos proventos, nos termos do subseqüente voto do exmo. sr. ministro relator.

Belém, 16 de dezembro de 1960.

— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
— José Maria de Vasconcelos Machado, Relator.
— Augusto Belchior de Araújo.
— Lindolfo Marques de Mesquita.
— Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator.
— RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 209, de 16 de novembro transato, o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1846, de 12 de fevereiro de 1960, o decreto n. 3243, de 11 de novembro de 1959, que reformou o capitão Alves de Lavor.

Recebido e protocolado ainda a 16, dito expediente foi convertido no processo n. 8294, ora em julgamento, de que consta, além do mais, a seguinte documentação: requerimento do reformado, com data de 2 de setembro de 1959, solicitando promoção ao posto de major, na conformidade da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958; certidão da Secretaria do Comando Geral da P.M.E., atestando, para o interessado, 24 anos, 3 meses e 13 dias de serviço prestado àquela corporação, no período compreendido entre 26 de novembro de 1919 e 19 de agosto de 1944; informação do referido Comando Geral, favorável à promoção do requerente de acordo com a invocada Lei n. 1524, arbitrando-lhe os consequentes proventos anuais em Cr\$ 285.000,00 de parecer da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público opinando pelo deferimento do pedido do inativo, que afirma amparado na Lei n. 1524.

Arrimado nesses elementos, o exmo. sr. General Governador do Estado baixou o seguinte decreto:

DECRETO N. 3243 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1960

Retifica o Decreto n. 153, de 19 de agosto de 1944, que reformou o Capitão da Polícia Militar do Estado, José Alves de Lavor.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual, e tendo em vista o que consta do Processo número 0396/59/PET — SI,

DECRETA:

Art. 10. Fica retificado o Decreto n. 153, de 19 de agosto de 1944, que reformou o Capitão da Polícia Militar do Estado, José Alves de Lavor para promovê-lo ao posto de major, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958 e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de vinte e três mil setecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 23.750,00) mensais, ou sejam, duzentos e oitenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 285.000,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último.

Art. 20. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de novembro de 1960.

(aa.) General Luís Geolás de Moura Carvalho, Governador do Estado. — Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Evidentemente, o presente processo obteve instrução, pronunciando-se resultando idênticos aos

do de n. 8150, o primeiro apreciado nesta Corte de Contas sobre a matéria, do qual, aliás, fui o relator e cujo julgamento, realizado em 21 de outubro último, gerou o Acórdão n. 3507, plenamente aplicável, em suas considerações e conclusões, à espécie "sub judice", inclusive no que concerne ao "quantum" dos proventos atribuídos, para cuja retificação opinou a Sub-Procuradoria, no parecer de fls. 16 e 17, pela conversão deste julgamento em diligência.

Com efeito, os proventos de Cr\$ 285.000,00 anuais ultrapassam a plenitude do direito do interessado, que, à luz da Lei Orçamentária vigente, da jurisprudência específica deste T. C. e da prova dos autos, faz jus, anualmente, a Cr\$ 278.964,00, "id est": Cr\$ 192.000,00 de vencimentos, Cr\$ 16.470,00 de 366 etapas no valor individual de Cr\$ 45,00, Cr\$ 24.000,00 de quantitativo de fardamento, perfazendo Cr\$ 232.470,00, acrescidos destes respectivos 20% — Cr\$ 246.494,00, decorrentes dos 24 anos de serviço, atestado a favor do reformado pela citada certidão anexa ao processo, que não especifica nem conta em dobro o tempo em que, consoante asseveram o Comando Geral da P.M.E., a Consultoria Jurídica do Estado em seu despacho rídica do D.S.P. e o próprio Go-de eferimento, o recém-promovido serviu na zona de guerra definida e limitada pelo art. 10. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, o que entretanto, este Tribunal, é mistér fazer-se, para o exato cumprimento da invocada Lei n. 1524.

E o Relatorio.

VOTO

Face ao expedito no relatório, converto o presente julgamento em diligência junto ao Executivo, para:

a) especificar-se devidamente, nos autos, o tempo em que o reformado serviu na zona de guerra definida e limitada pelo art. 10. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, contanto-março de 1958;

b) retificarem-se-lhe os proventos atribuídos no decreto de fls. 2 para Cr\$ 278.964,00, a saber:

Vencimentos anuais	192.000,00
366 etapas a Cr\$ 45,00	16.470,00
Quantitativo de fardamento	24.000,00
Soma	232.470,00
Adicional por tempo de serviço — 20% sobre esta	46.494,00
Total	Cr\$ 278.964,00

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Deois de consignado nos autos o tempo de serviço em dobro, como determina o art. 10. da Lei n. 1524, de 4-3-58 sou pela conversão do julgamento em diligência, no sentido de serem retificados os proventos, de acordo com o que está expresso no voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "De acordo com o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
José Maria de Vasconcelos Machado
Relator

Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
Sebastião Santos de Santana
Fui presente. — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3618
(Processo n. 8297)

Requerente: — Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a registro neste Tribunal, com o ofício n. 21, de 16-1-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o número de ordem 670, às fls. 134, do Livro n. II, o decreto n. 3232, de 11-11-60, que retifica o de n. 2218, de 29-1-57, que reformou o capitão da Polícia Militar do Estado Jesus Tocantins Maltez, "para promovê-lo ao posto de major, de acordo com a Lei n. 1524, de 4-3-58, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 22.550,00 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta cruzeiros) mensais, ou sejam Cr\$ 270.600,00 (duzentos e setenta mil e seiscentos cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último", como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que, depois de provado nos autos que o reformado prestou serviço na zona de guerra, definida e limitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42, convertendo-se esse tempo de serviço em dobro, como preceitua o art. 10. da Lei estadual n. 1524, de 4-3-58, e o digno Chefe do Poder Executivo fixe os proventos na forma seguinte:

Vencimentos fixos do posto de major....	192.000,00
Quantitativo p/fardamento, anualmente	24.000,00
366 etapas, a Cr\$ 45,00	16.470,00
Cr\$	232.470,00
20%, tempo de serviço	46.494,00
Cr\$	278.964,00

Belém, 16 de dezembro de 1960.

— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator — RELATÓRIO: — "Em ofício datado de 16-11-60, e protocolado no mesmo dia, no Livro n. 2, às fls. 134, o Dr. Péricles Guedes de Oliveira, digno Secretário de Estado do Interior e Justiça, solicitou, em nome do Governo do Estado, registro para o acto do Executivo que promoveu a major, o capitão reformado Jesus Tocantins Maltez, da P.M.E., nos

termos da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958. O decreto em causa tomou o n. 3232, de 11 de novembro recém-findo, tornou insubsistente o de n. 2218, de 29-1-57, que havia reformado aquele militar no posto de capitão, para então agora reformá-lo no posto de major, com as vantagens da Lei n. 1524, já aludida.

Deu origem ao último acto a petição de fls. 6, do processo administrativo, anexo aos autos, cujo teor é o seguinte:

"Exmo. Sr. General Governador do Estado.

I — Jesus Tocantins Maltez, capitão reformado da Polícia Militar do Pará, por Decreto n. 2218, de 29 de janeiro de 1957, achando-se com direito à promoção ao posto de major e respectivos proventos em face da Lei Estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18.720, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembléia", n. 849, a mesma data, e ainda republicado no DIÁRIO OFICIAL n. 18.990, de 6 de março de 1958, na parte "Diário da Assembléia" n. 954 da mesma data, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia., a referida promoção para o que junta a este uma certidão de tempo de serviço.

II — O peticionário renuncia em favor do Estado aos benefícios financeiros correspondentes ao período compreendido entre a data da citada Lei até a lavratura do acto da promoção requerida.

N. termos.

P. Deferimento.

Belém, 2 de setembro de 1959.

(a.) Jesus Tocantins Maltez, capitão reformado".

Está a firma supra reconhecida por notário público.

Com os pareceres favoráveis dos órgãos burocráticos da P.M.E., inclusive da Consultoria Jurídica do D.S.P., S. Excia. o eminente Governador Moura Carvalho exarou o respeitável despacho de fls. 6 v., nestes termos:

"A pretensão do requerente, consoante ficou exaustivamente demonstrado à luz dos pareceres contidos no processo, exarados pelo órgão competente da Polícia Militar do Estado e pela Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, tem a adequação rigorosa à letra da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958.

Com efeito, seria injusto deixar de reconhecer a valiosa colaboração que a Polícia Militar prestou ao esforço de guerra, no último conflito mundial, na qualidade de reserva de primeira linha do Exército, colaboração de que sou testemunha pessoal, não só por ter exercido, por algum tempo, para honra minha, o comando da gloriosa corporação, como pelo contacto que manteve como Oficial do Exército Brasileiro.

Aplaz-me, destarte, louvado nos princípios jurídicos em que se ampara e fundado no espírito de justiça que a medida encerra, deferir o que pleiteia. A S.J., para a elaboração do competente acto.

15-10-60.

(a.) Moura Carvalho, Governador".

Ouvindo o Ministério Público junto ao T. C., S. Excia. o digno Sub-Procurador Dr. Flávio Nunes Bezerra, discordou do cálculo dos proventos para insubs

pela conversão do julgamento em acção, em diligência ao Executivo para reparar em novo acto o erro no cálculo verificado pela Assessoria Técnica, daquele órgão jurisdiccional.

o Relatório.

VOTO

Depois de provado nos autos o tempo de serviço em dobro, e que afunde o art. 10. da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, seja diferenciado ao Poder Executivo para lavratura de novo acto, com os proventos da Lei de Meios, atualmente em vigor, que são os seguintes:

Vencimentos fixos do posto de major ..	192.000,00
Quantitativo p/ fardamento, anualmente	24.000,00
366 etapas a Cr\$ 45,00	16.470,00
	232.470,00
20% tempo de serviço	46.494,00
	Cr\$ 278.964,00

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Na forma dos meus votos anteriores, na sessão de hoje, sobre o assunto".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Nos termos dos meus votos anteriores sobre a espécie".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "De acordo com o sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araújo
Relator
Lindolfo Marques de Mesquita
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3628

(Processo n. 8332)

Requerente: — Engenheiro Antonio Eugênio Pereira Lobo, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PA).
Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o engenheiro Antonio Eugênio Pereira Lobo, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PA), enviou a este Tribunal, para efeito de competente registro, nos 122 anos legais, dois contratos particulares de compra e venda de igual número de "jeeps", com reserva de domínio, celebrados em 3 de novembro recém-fimado, entre o DER-PA e o representante pelo seu referido diretor geral, como cedente-vendedor, e os srs. dr. José Manoel Reis Ferreira e Waldemar de Oliveira Guimarães, ambos membros do Conselho Expediente, do citado Departamento, comocessionários-compradores, aquele de "jeep" de fabricação nacional, marca "Willis Overland Universal", cor azul, equipado com motor "Hurricane" n. B-042.867, de 90 HP, série n. 5.224 — 611.733, completo, com capota dianteira e traseira, rodas soltas e eixos de ar 800 x 34, 4 rodas, ferramentas usuais, traseira com quatro rodas e engate para rebocagem, pela preço líquido e certo de doze mil e

sesenta e dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 262.500,00) a ser pago em quarenta e oito (48) prestações mensais de cinco mil quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos (Cr\$ 5.468,75) e este de igual fabricação, marca e motor n. B — 042.761, também de 90 HP, série n. 5.244 — 011.576, completo e com acessórios idênticos aos do outro, porém pelo preço líquido e certo de trezentos e dois mil cento e oitenta e três cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 302.183,60), pagável em quarenta e oito (48) prestações mensais de seis mil duzentos e noventa e cinco cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 6.295,50), feita a remessa do expediente através dos ofícios ns. 30-60 — AJ e 31-60 — AJ, de 20 de setembro último, recebidos só a 7 de novembro recém-fimado, quando foram protocolados sob o n. 647, às fls. 128, do Livro n. 2.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, negar ambos os registros solicitados, face à jurisprudência específica desta Corte de Contas.

Belém, 16 de dezembro de 1960.

— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.

— José Maria de Vasconcelos Machado, Relator.

— Augusto Belchior de Araújo.

— Lindolfo Marques de Mesquita.

— Sebastião Santos de Santana.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator:

— RELATÓRIO: — "Com os ofícios ns. 30-60 — AJ e 31-60 — AJ, de 20 de setembro último, só recebidos e protocolados a 7 de novembro recém-fimado, da Diretoria Geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PA), foram encaminhados a esta Corte de Contas, para julgamento e consequente registro, nos termos legais, dois contratos particulares de compra e venda, com reserva de domínio, de igual número de "jeeps", marca "Willis Overland Universal", modelo 5.244, cor azul, de fabricação nacional, equipados com motor "Hurricane" de 90 HP, numérica e seriadamente individualizados nos respectivos contratos, celebrados entre aquela autarquia, como cedente-vendedora, representada por seu diretor geral, engenheiro Antonio Eugênio Pereira Lobo, e os srs. dr. José Manoel Reis Ferreira e Waldemar de Oliveira Guimarães, membros do Conselho Rodoviário, comocessionários-compradores.

Reunidos no processo n. 8232, ora em julgamento, ditos contratos, de cuja indispensável publicação no DIÁRIO OFICIAL não há prova nos autos, foram encaminhados ao parecer da Procuradoria, que opinou pelo indeferimento dos registros solicitados.

De conteúdo uniforme, tais contratos dispensam maiores comentários que reproduzem, "ipsis litteris", — exceto no "quantum" do maior preço das viaturas e na cláusula da qual se obriga o vendedor-depositante a fornecer ao comprador-depositário, a cada trinta quilômetros rodados em vez rodados, como nos anteriores, um jogo de quatro (4) pneus, com as respectivas câmaras de ar, mediante a entrega àquele de material substituído.

— ao contrário, a ser substituído

— e repudiados por este Tribunal, a partir de 29 de setembro de 1959, quando, após dissecados, os primeiros foram julgados através do Acórdão n. 2804, cujas específicas considerações jurídicas e morais adoto como parte deste relatório, que agora concluo.

VOTO

"Face ao exposto no relatório e à mansa, pacífica e inviolável jurisprudência específica desta Corte de Contas, nego ambos os registros solicitados.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Nego ambos os registros".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia."

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Nego os dois registros".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente

José Maria de Vasconcelos Machado
Relator

Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
Sebastião Santos de Santana

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3620

(Processo n. 8300)

Requerente: — Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça, remeteu para registro neste Tribunal, com o ofício n. 211-60, de 16-11-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. de ordem 670, às fls. 134, do Livro n. II, o decreto n. 3235, de 11-11-60, que retifica o de n. 371, de 30-11-48, que reformou o cabo da Polícia Militar do Estado de Araújo Palheta, para promovê-lo ao posto de 3o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4-3-58, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 10.392,00 (dez mil trezentos e noventa e dois cruzeiros) mensais, ou sejam, Cr\$ 124.704,00 (cento e vinte e quatro mil setecentos e quatro cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último, como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que o signu Crede do Poder Executivo, em novo acto, depois de confirmado, de modo que faça fé, pelo Comando da Polícia Militar, que o reformado efetivamente prestou serviço na zona de guerra definida e delimitada pelo decreto federal n. 12.430-A, de 25 de setembro de 1942, e, se positivo, contado esse tempo em dobro, fixe os proventos na forma seguinte:

Vencimentos anuais de 3o. sargento... 12.000,00

Quantitativo de fardamento sobre 366 etapas a Cr\$ 45,00 (20%) 4.320,00

Adicional por tempo de serviço (20%)... 20.870,40

Cr\$ 125.222,40

Belém, 16 de dezembro de 1960.

— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.

— Sebastião Santos de Santana, Relator.

— Augusto Belchior de Araújo.

— Lindolfo Marques de Mesquita.

— José Maria de Vasconcelos Machado.

— Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

— O Decreto governamental tem a seguinte teor:

"DECRETO N. 3235 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1960

Retifica o Decreto n. 371, de 30 de novembro de 1948, que reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado, Hortêncio de Araújo Palheta.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política do Estado e tendo em vista o que consta do Processo número 0.500/59/PEF — SIJ,

DECRETA:

Art. 1o. Fica retificado o Decreto n. 371, de 30 de novembro de 1948, que reformou o cabo da Polícia Militar do Estado, Hortêncio de Araújo Palheta para promovê-lo ao posto de 3o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958 e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de dez mil trezentos e noventa e dois cruzeiros (Cr\$ 10.392,00) mensais, ou sejam, cento e vinte e quatro mil setecentos e quatro cruzeiros (Cr\$ 124.704,00) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último.

Art. 2o. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de novembro de 1960.

(aa.) Moura Carvalho, Governador do Estado.

— Péricles Guedes de Oliveira, Secretário do Interior e Justiça.

A Sub-Procuradoria, em parecer de fls., é pela conversão do presente julgamento em diligência.

o Relatório.

VOTO

Fiel à Jurisprudência deste Egrégio Tribunal, converto o presente julgamento em diligência ao Executivo, para:

a) juntar ao autos uma certidão que prove haver o sr. Hortêncio de Araújo Palheta servido na zona de guerra, definida e delimitada pelo Decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-52; casopositivo, seja-lhe contado em dobro esse tempo, e

b) observar a dotação orçamentária

366 etapas a Cr\$ 40,00	14.640,00
366 etapas suplementares, a Cr\$ 20,00...	7.320,00
	1.04.352,00
Adicional por tempo de serviço (20%)...	20.870,40
	Cr\$ 125.222,40

Tabela da Tabela n. 29, da Lei n. 1326, de 30-11-59, que orçou o Exercício e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1960, quanto ao seguinte:

Vencimentos anuais de 20. sargento...	78.000,00
Quantitativo de fardamento sobre 366 etapas a Cr\$ 40,00 (30%)	4.392,00
366 etapas a Cr\$ 40,00	14.640,00
366 etapas suplementares a Cr\$ 20,00..	7.320,00
	104.352,00
Adicional por tempo de serviço (20%)..	20.870,40
	Cr\$ 125.222,40

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Nos termos dos meus votos anteriores, converto o julgamento em diligência para que fique consignado o tempo de serviço em dobro, expresso no art. 10. da Lei n. 1524, de 4-3-58 e, consequentemente, retificados, os proventos, nos termos do voto expendido pelo ilustre ministro relator".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Acompanho o exmo. sr. ministro relator".

— "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Sebastião Santos de Santana
Relator
Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita
José Maria de Vasconcelos Machado
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3621
(Processo n. 8302)

Requerente: — Exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu para registro neste Tribunal, com o ofício n. 210-60, de 16-11-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. de ordem 671, às fls. 134, do Livro n. II, o decreto n. 3233, de 11-11-60, que retifica o de n. 421, de 21-9-45, que reformou o 20. tenente da Polícia Militar do Estado Francisco Ferreira de Castro, para promovê-lo ao posto de 10. tenente, de acordo com a Lei n. 1524, de 4-3-58, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 17.750,00 (dezesete mil setecentos e cinquenta cruzeiros) mensais, ou sejam Cr\$ 217.800,00 (duzentos e dezessete mil e oitocentos cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último, como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo em novo acto, depois de certificação, de modo que faça fé, pelo Comando da Polícia Militar, que o reformado, efetivamente,

restou serviço na zona de guerra, definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42, e, se positivado, contado esse tempo em dobro fixe os proventos na forma seguinte:

Vencimentos anuais de 10. tenente	144.000,00
Quantitativo p/fardamento	24.000,00
Valor de 366 etapas, a Cr\$ 45,00	16.470,00
	184.470,00
Adicional por tempo de serviço (20% a Cr\$ 184.470,00)	36.894,00
Total	Cr\$ 221.364,00

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
Lindolfo Marques de Mesquita, Relator.
Augusto Belchior de Araújo, José Maria de Vasconcelos Machado.
Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator: — "Para efeito de registro por esta Egrégia Corte de Contas veio à mesma, acompanhada de ofício do exmo. sr. dr. Secretário de Estado do Interior e Justiça, o decreto n. 421, de 21 de setembro de 1945, que reforma o 20. tenente da Polícia Militar do Estado Francisco Ferreira de Castro, para promovê-lo ao posto de 10. tenente, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958. O processo contém o expediente comum, igual ao dos inúmeros que sobre idêntico assunto já tem sido apreciado por este T. C.. Entretanto, observa a Sub-Procuradoria que os proventos deviam ser fixados da seguinte maneira:

Vencimentos anuais	144.000,00
Quantitativo p/fardamento	24.000,00
Valor de 366 etapas	16.470,00
Adicional por tempo de serviço (20%)	36.894,00
Total	Cr\$ 221.364,00

Certo este cálculo, o que não ocorre com o demonstrado pelo Comando Geral da Polícia Militar, que apresenta um total de Cr\$ 217.800,00.

É o Relatório.

VOTO
Converto o presente julgamento em diligência ao Executivo para efeito de especificar-se devidamente nos autos o tempo em que o reformado serviu na zona de guerra definida e delimitada pelo artigo 10. do decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1941, contando-se-lhe em dobro tal tempo de serviço, "ex-vi" da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958. Especificado que seja essa parte, devem os cálculos obedecer ao que apresenta a Sub-Procuradoria, apoiada na demonstração oferecida pela Assessoria Técnica.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Converto o julgamento em diligência para que seja expresso nos autos o tempo de serviço em dobro, como determina a Lei n. 1524, em seu artigo 10. Consequentemente, de acordo com o ministro relator, que manda retificar os proventos".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Acompanho S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Lindolfo Marques de Mesquita
Relator

Augusto Belchior de Araújo
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3622
(Processo n. 8303)

Requerente: — Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, com o ofício n. 210, de 16-11-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. de ordem 671, às fls. 134, do Livro n. II, o decreto n. 3241, de 11-11-60, que retifica o de n. 779, de 9-7-51, que reformou o 20. sargento da Polícia Militar do Estado Macário Lopes da Silva, para promovê-lo ao posto de 10. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 10.972,00 (dez mil novecentos e setenta e dois cruzeiros) mensais, ou sejam, Cr\$ 130.464,00 (cento e trinta mil quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último, como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que, depois de provado nos autos que o reformado prestou serviço na zona de guerra, definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25-9-42, conte-se-lhe este tempo de serviço em dobro, como prescreve o art. 10. da Lei Estadual n. 1524, de 4-3-58, e o digno Chefe do Poder Executivo, em novo acto, fixe os proventos na forma seguinte:

Vencimentos fixos da graduação de 10. sargento	90.000,00
366 etapas, anuais, a Cr\$ 40,00	14.640,00
30% sobre as mesmas 366 etapas suplementares, a Cr\$ 20,00	7.320,00
	111.960,00
20%, tempo de serviço	22.392,00
Total	Cr\$ 139.522,00

Belém, 16 de dezembro de 1960.
— (aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
Augusto Belchior de Araújo, Relator.
Lindolfo Marques de Mesquita.
José Maria de Vasconcelos Machado.
Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: — "De acordo com o sr. ministro relator".

no mesmo dia, o sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, titular da Secretaria de Estado do Interior e Justiça solicitou em nome do Executivo paraense, registro para o decreto n. 3241, de 11-11-60, retificado o de n. 779, de 9 de julho de 1951 que aposentou o 20. sargento da F4 M4E. Macário Alves da Silva para, agora, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958, promovê-lo à graduação de 10. sargento e reformá-lo nesta mesma graduação.

Motivou este novo acto o requerimento do interessado ao exmo. sr. General Governador, anexo ao processo administrativo, de fls. 6. Eis o teor do dito requerimento:

"Exmo. sr. General Governador do Estado do Pará.

1) — Macário Alves da Silva, 20. sargento reformado da Polícia Militar do Estado, por decreto n. 779, de 9 de julho de 1951, achando-se com direito à promoção na graduação de 10. sargento, em face da Lei Estadual n. 1524, de 4 de março de 1958, publicada no DIÁRIO OFICIAL n. 18.724, de 1 de abril de 1958, na parte "Diário da Assembleia", n. 849, da mesma data, e ainda republicada no DIÁRIO OFICIAL n. 18.930, de 6 de março de 1959, na parte "Diário da Assembleia", n. 954, da mesma data, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia. a referida promoção, para o que junta a este uma certidão de tempo de serviço.

2) — O peticionário renuncia em favor do Estado aos benefícios financeiros correspondentes ao período entre a data da citada lei até a lavratura do acto da promoção ora requerida.

Nestes termos. P. Deferimento.

Belém, 8 de setembro de 1958. — (aa.) Macário Alves da Silva, 20. sargento reformado.

(Firma reconhecida no Cartório Queiroz dos Santos).

Corridos os trâmites legais, os órgãos administrativos da P. M. E. foram unânimes e, bem assim, a Consultoria Jurídica do D.S.P., razão por que o exmo. sr. General Moura Carvalho, Governador do Estado, exarou o respeitável despacho de fls. 6 v., no que agora descrevo:

"A pretensão do requerente, conquanto ficou exaustivamente demonstrado à luz dos pareceres contidos no processo, emanados pelo órgão competente da Polícia Militar do Estado e pela Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, tem adequação rigorosa à letra da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958. Com efeito, seria injusto deixar de reconhecer a valiosa colaboração que a Polícia Militar prestou ao esforço de guerra, no último conflito mundial, na qualidade de reserva de primeira linha do Exército, colaboração de que sou testemunha pessoal, não só por ter exercido, por algum tempo, para honra minha, o comando da gloriosa corporação, como pelo contacto que mantive como Oficial do Exército Brasileiro. Apraz-me, destarte, lembrar nos princípios jurídicos que se ampara e fundado no espírito de justiça que a mesma corporação, deferir o que pleiteia. A SIJ, para se

elaboração do competente acto.
15-10-60.

(a.) Moura Carvalho, Governador.

Subindo à audiência do Ilustrado Ministério Público junto ao T. C., titular da Sub-Procuradoria, dr. Flávio Nunes Bezerra, não concordando com os cálculos dos proventos, opinou pela conversão do julgamento em diligência ao Executivo para, em novo acto, retificar os cálculos errados.

É o Relatório.

VOTO

"Meu voto biparte-se:

1o. — Provado nos autos, pelo Comando Geral da P.M.E., o tempo de serviço em dobro, como imperativamente determina o art. 1o., da Lei n. 1524, de 4 de março de 1958.

2o. — O Executivo Paraense, por motivo deste julgamento ser por mim convertido em diligência para que aquele Poder, em novo acto, retifique os proventos na base legal que é a seguinte:

Vencimentos fixos da graduação de 1o. sargento	90.000,00
366 etapas, anuais, a Cr\$ 40,00	14.640,00
30% sobre as mesmas 366 etapas suplementares, a Cr\$ 20,00	7.320,00
	116.352,00
20%, tempo de serviço	23.270,00
	Cr\$ 139.622,00

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com os meus votos anteriores sobre o assunto".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Nos termos dos meus votos anteriores sobre a espécie".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Acompanho S. Excia. o sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com os meus votos anteriores".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Augusto Belchior de Araújo
Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
José Maria de Vasconcelos Machado
Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3623

(Processo n. 8328)

Requerente: — Sr. Hermenegildo Pena de Carvalho, diretor geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Ministro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, discutidos e relatados os presentes autos, em que o sr. Hermenegildo Pena de Carvalho, diretor geral do Departamento do Serviço Público, remeteu a registro neste Tribunal, a apresentação de Alfredo Batista de Oliveira, no cargo de "Servente de Máquinas", padrão E, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, percebendo nessa situação, os proventos integrais do cargo, acrescido de 20% referente ao adicional por tempo de serviço, perfazendo o total de Cr\$ 69.120,00 (sessenta e nove mil cento e vinte cruzei-

ros anuais, decretada de acordo com o art. 159, item II, da Lei n. 749, de 24-12-53, alterada pelo art. 2o., da Lei n. 1257, de 10-2-56, e mais os arts. 161, item I, 138, inciso V, 143, 145 e 227 da mesma Lei n. 749, tendo a remessa sido feita em ofício n. 1165, de 18-11-60, recebido e protocolado na mesma data, sob o n. 680, às fls. 136, do Livro II, como tudo dos autos consta:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir o registro solicitado.

Belém, 16 de dezembro de 1960.

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente.
Sebastião Santos de Santana, Relator. — Augusto Belchior de Araújo. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana, Relator. —

RELATÓRIO: — "Em ofício n. 1165, de 18-11-60, o sr. Hermenegildo Pena de Carvalho, diretor geral do Departamento do Serviço Público, remete a este Egrégio Tribunal, para registro, a opposição de Alfredo Batista de Oliveira, no cargo de "Servente de Máquinas", lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação.

O Decreto governamental tem o seguinte teor:

DECRETO

O Governador do Estado resolve aposentar, de acordo com o art. 159, item II da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 2o., da Lei n. 1257, de 10-2-56 e mais os arts. 161, item I, 138, inciso V, 143, 145 e 227, da mesma Lei n. 749, Alfredo Batista de Oliveira, no cargo de "Servente de Máquinas", padrão E, do Quadro Único, lotado no Departamento Estadual de Águas, da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, percebendo nessa situação, nos proventos integrais do cargo, acrescido de 20% referente ao adicional por tempo de serviço, perfazendo um total de Cr\$ 69.120,00 (sessenta e nove mil cento e vinte cruzeiros) anuais.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de novembro de 1960.

(aa.) Dionísio Bentes de Carvalho, Governador do Estado. — Benedito Monteiro, Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação.

Em sua ficha funcional, às fls. 9, conta-se um tempo de serviço de trinta e um (31) anos e onze (11) dias.

A douta Procuradoria, em parecer de fls. 1, é pelo registro.

É o Relatório.

VOTO

Defiro o registro.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia."

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: —

"Ante o expedito por S. Excia. o sr. ministro relator, defiro o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Defiro o registro".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente
Sebastião Santos de Santana
Relator

Augusto Belchior de Araújo
Lindolfo Marques de Mesquita

José Maria de Vasconcelos Machado

Fui presente: — Lourenço do

Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3624

(Processo n. 8329)

Requerente: — Exmo. Sr. Dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Péricles Guedes de Oliveira, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu para registro neste Tribunal, com o ofício n. 583, de 18-11-60, recebido a 31 de novembro de 1960, e protocolado sob o n. de ordem 681, às fls. 126, do Livro n. II, o decreto n. 3260, de 11-11-60, que retifica o de n. 453, de 12-5-49, que reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado Manoel Martins Pascoal, "para promovê-lo ao posto de 3o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4-3-58 e reformá-lo no aludido posto, percebendo, nessa situação, os proventos de Cr\$ 9.526,00 (nove mil quinhentos e vinte e seis cruzeiros) mensais, ou sejam, Cr\$ 114.312,00 (cento e quatorze mil trezentos e doze cruzeiros) anuais, entre proventos e adicionais, a partir de 1 de setembro último, como tudo dos autos consta.

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, converter o julgamento em diligência, a fim de que o digno Chefe do Poder Executivo, em novo acto fixe os proventos do reformado na seguinte base, depois de provada, nos autos, que ele serviu na zona de guerra, definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, contando-se-lhe esse tempo em dobro, como preceitua o art. 1o. da Lei n. 1524, de 4-3-58.

Vencimentos anuais de 3o. sargento ... 78.000,00
Quantitativo de fardamento (30%) sobre o valor de 366 etapas, a Cr\$ 40,00 ... 4.392,00
Valor de 366 etapas, a Cr 40,00 ... 14.640,00
Valor de 366 etapas suplementares à razão de Cr\$ 20,00... 7.320,00
104.352,00

Adicional por tempo de serviço (10% s/ Cr\$ 104.352,00) ... 10.435,20
Cr\$ 114.787,20

Belém, 16 de dezembro de 1960.

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. — Augusto Belchior de Araújo. — José Maria de Vasconcelos Machado. — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator. —

RELATÓRIO: — "Em data de 11 de novembro do corrente ano, o

Governo do Estado assinou o de-

creto n. 3260, que retificou o de-

n. 453, de 12 de maio de 1949,

que reformou o Cabo da Polícia Militar do Estado, Manoel Martins Pascoal. Promoveu-o ao posto de

3o. sargento, de acordo com a Lei n. 1524, de 4 de março de 1958,

atribuindo-lhe nesta situação os proventos totais anuais de Cr\$

114.312,00, inclusive adicionais, a partir de 1 de setembro último. O

processo em nada difere dos demais sobre retificações apoiadas no que faculta a lei em apreço.

Expediente na forma, em que tem vindo os demais, para efeito de registro por esta Egrégia Corte.

E, como sempre, a Assessoria Técnica e a Procuradoria divergem dos cálculos enviados pelo Comando Geral da Polícia Militar. Neste

acham que os proventos totais, entre vencimento, quantitativo de fardamento, valor de 366 etapas e adicional por tempo de serviço, devem ser na importância de Cr\$

114.787,20. O tempo de serviço apontado pelo Comando Geral 4

de 14 anos.

Este é o relatório.

VOTO

Converto o julgamento em diligência ao Executivo para efeito de especificar-se nos autos devidamente o tempo em que o reformado serviu na zona de guerra, definida e delimitada pelo art. 1o. do Decreto federal n. 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, contando-se-lhe em dobro tal tempo de serviço, "ex-vi", da Lei 1524, de 4 de março de 1958. Especificada que seja esta parte, faça-se o cálculo respectivo, na base também de 366 etapas.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Nos termos do meu voto anterior, nesta sessão".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: —

"De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: Santos de Santana: — "Acompanho S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "De acordo com o sr. ministro relator".

Mário Nepomuceno de Souza
Ministro Presidente

Lindolfo Marques de Mesquita
Relator

Augusto Belchior de Araújo
José Maria de Vasconcelos Machado

Sebastião Santos de Santana
Fui presente: — Lourenço do

Vale Paiva, Procurador.

JUDICIAIS

JUSTIÇA MILITAR AUDITORIA MILITAR DO ESTADO

O dr. Raul Nery Baraúna, Auditor da Justiça Militar do Estado, em virtude da Lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital de intimação virem, cu dele tiverem conhecimento, que deverá comparecer, sob as penas da Lei, no dia 18 de Janeiro do corrente ano, às 9.00 horas, a

Auditoria Militar do Estado, sita à Avenida Almirante Barroso, n. 357, perante o Conselho Perma-

nente da Justiça Militar do Estado, o acusado Venancio Alves de Oliveira, ex-soldado da 1a. Divisão, a fim de se ver interrogar no processo a que responde nesta Jus-

tiça Militar do Estado, pela prática do crime previsto no art. 214 do Código Penal Militar. Dado e passado na Auditoria Militar do Estado, aos dois dias do mês de Janeiro do ano da mil, novecentos e sessenta e um. Eu, Raimundo

Alto de Oliveira, escrivão, o datilografei.

(a.) Dr. Raul Nery Baraúna, Auditor da Justiça Militar.